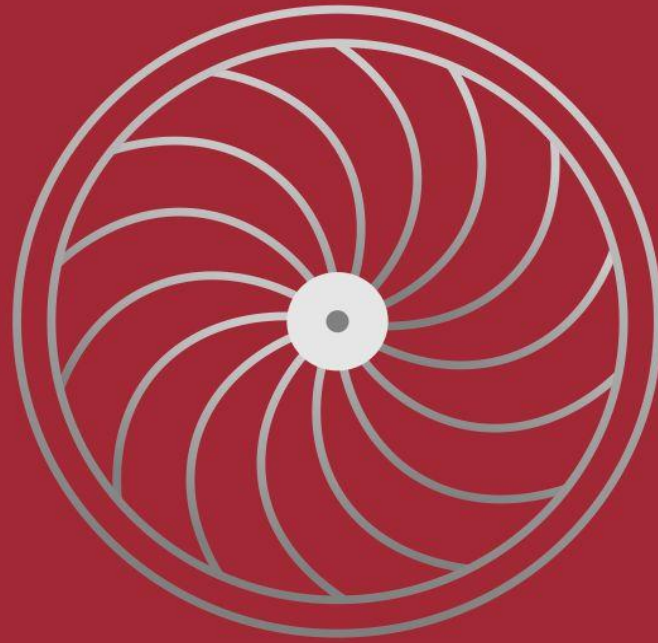


ISSN 2183-5519



Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas
ESTUDOS

PROPOSTA DE SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA
REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DA REGIÃO
ALENTEJO 2014-2020

Paulo Neto, Maria Manuel Serrano, João Fermisson, Gonçalo Leal e Nuno Duarte

UMPP Estudos Nº 3 | 2015



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UMPP®
Unidade de Monitorização
de Políticas Públicas

Ficha Técnica

Título: Estudos

Série: Estudos - Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Coordenação: Paulo Neto e Maria Manuel Serrano

Autores do UMPP Estudos nº 3 | 2015: Paulo Neto, Maria Manuel Serrano, João Fermisson, Gonçalo Leal e Nuno Duarte

Design gráfico: Cristina Brázio

Numeração: UMPP Estudos nº 3 | 2015

Edição: Universidade de Évora

Data: 2015

ISSN 2183-5519

Periodicidade quadrimestral

Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)

Universidade de Évora

Casa Cordovil, Sala 128, Rua Dom Augusto Eduardo Nunes, nº7

7000-651 Évora - Portugal

e-mail: ump@uevora.pt

www.ump.uevora.pt



Os UMPP Estudos são publicados sob a responsabilidade da Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora. As opiniões expressas e os argumentos apresentados nesta publicação não vinculam a Universidade de Évora nem as demais entidades que financiam a atividade da UMPP ou aquelas com as quais a UMPP colabora.

APRESENTAÇÃO DA UMPP

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

A UMPP foi criada com o apoio do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 (INALENTEJO) e tem como objetivo principal promover a avaliação e monitorização das políticas públicas implementadas ou em processo de implementação na unidade territorial NUTS II do Alentejo, bem como assegurar a ampla disseminação desse conhecimento neste âmbito territorial.

A competitividade dos países, das regiões e das empresas está cada vez mais dependente das condições em que uns e outras tomam decisões e as concretizam de forma eficiente e eficaz. Neste sentido, a capacidade e competência na definição e implementação de políticas públicas por parte do Estado e a assertividade na concretização de estratégias e iniciativas bem-sucedidas por parte das demais organizações são hoje fatores decisivos para o desempenho das sociedades em que se inserem.

A relevância, pertinência, coerência e valor acrescentado das políticas públicas são hoje aspetos absolutamente cruciais para as condições de desenvolvimento dos países, dos territórios, das organizações e dos indivíduos. Desde logo, em função dos contextos regulamentares e de enquadramento que estabelecem, dos mecanismos de incentivo e estímulo em que assentam, dos paradigmas e visão de futuro para que apontam, do nível de sofisticação e inovação que lhe está associado e da intencionalidade estratégica que imprimem e transmitem, numa perspetiva de médio e longo prazo, aos sectores e atividades a que se destinam.

Num momento em que é cada vez maior o nível de exigência técnica e científica associado ao processo de planeamento da economia, da sociedade e dos territórios, e à construção e salvaguarda das suas condições de competitividade e de desenvolvimento, a Universidade de Évora entendeu criar uma Unidade de Monitorização de Políticas Públicas dedicada à produção de conhecimento e à avaliação e monitorização de políticas públicas aplicadas, ou em processo de aplicação nesta região.

A UMPP desenvolve a sua atividade em estreita cooperação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e em parceria com as seguintes entidades: Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC Alentejo), Entidade Regional de Turismo do Alentejo (Turismo do Alentejo), Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo.

A UMPP pauta a sua atividade por princípios de rigor, isenção, transparência e responsabilidade, e uma preocupação constante de auscultação e colaboração com as entidades e agentes da região Alentejo, mas também relativamente às de âmbito nacional e internacional.

Convidamo-lo(a) a conhecer o trabalho que fazemos!

Os UMPP ESTUDOS

A Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP) da Universidade de Évora é uma estrutura técnica e científica dedicada à produção de conhecimento e informação sobre conceção, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Os UMPP Estudos são documentos de natureza sectorial e ou temática, elaborados com a preocupação de assegurar a concretização de análises em profundidade sobre políticas públicas concretas.

Esta publicação destina-se a cumprir um dos objetivos da UMPP, nomeadamente a produção de conhecimento e de informação sobre a conceção, monitorização e avaliação das políticas públicas implementadas, ou em processo de implementação, na Região Alentejo, bem como promover a disseminação dessa informação no contexto regional e nacional.

O UMPP Estudos nº 3 - 2015 é dedicado à apresentação de uma proposta de Sistema de Monitorização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente da Região Alentejo 2014-2020.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. ENQUADRAMENTO DE SUPORTE	7
2.1. RECOMENDAÇÕES DA UE PARA CONSTRUÇÃO DE MECANISMOS DE MONITORIZAÇÃO DE EREI.....	10
3. PROPOSTA DE SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E DIMENSÕES ANALÍTICAS.....	12
3.1. MUDANÇAS ESPERADAS.....	12
3.2. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA.....	20
3.3. INDICADORES DE CONTEXTO	31
3.4. DIMENSÕES ANALÍTICAS A CONSIDERAR.....	33
3.4.1. MODO DE OPERACIONALIZAÇÃO - EREI	33
3.4.2. DOMÍNIOS DE ESPECIALIZAÇÃO - EREI	34
3.4.3. CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO - EREI	46
3.4.4. EMPRESAS - EREI.....	48
3.4.5. INVESTIMENTOS TERRITORIAIS INTEGRADOS (ITI) - EREI	50
3.4.6. DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) - EREI	56
3.4.7. DINÂMICAS TERRITORIAIS - EREI	60
3.4.8. AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO EM CURSO - EREI	62
3.5. MODELO DE GOVERNAÇÃO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa apresentar uma proposta de sistema de monitorização para ser aplicado à Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) do Alentejo. A monitorização estratégica e a avaliação dos instrumentos de programação das políticas públicas constituem uma dimensão relevante no processo de gestão e desenvolvimento dos mesmos. Neste sentido, a importância da criação de um sistema desta natureza afigura-se tanto mais relevante quanto a conceção, programação, gestão e execução da EREI do Alentejo e converge numa pluralidade de objetivos específicos e operacionais, numa multiplicidade de ações, iniciativas e projetos, a par de uma diversidade de atores públicos, associativos e privados com níveis de interesse e de envolvimento distintos no quadro da Estratégia.

Este Estudo pretende constituir-se como um contributo para o processo de monitorização e avaliação da implementação da EREI 2014-2020 do Alentejo, mas simultaneamente procura contribuir para o debate técnico e científico atualmente em curso em Portugal, mas também na União Europeia, sobre a construção das melhores soluções para monitorizar, e avaliar, a execução das Estratégias Nacionais e Regionais de Especialização Inteligente.

Nesta perspetiva, o contributo para o sistema de monitorização da EREI do Alentejo aqui apresentado foi elaborado com a preocupação de, quer ao nível da estrutura quer ao nível do modelo proposto, reunir condições para, com as necessárias adaptações a cada caso concreto, poder ser adoptado noutros contextos regionais.

O modelo de exposição de conteúdos adoptado neste Estudo está organizado de acordo com os seguintes pontos:

- Enquadramento de suporte, no qual se apresenta o roteiro metodológico de suporte à construção do sistema de monitorização da EREI Alentejo proposto.
- Proposta de Sistema de Monitorização e Dimensões Analíticas, no qual se apresenta a proposta de contributo para o sistema de monitorização da EREI do Alentejo.

O contributo para o Sistema de Monitorização da EREI proposto é apresentado de acordo com a seguinte estrutura:

- Mudanças Esperadas – a identificação das mudanças esperadas como ponto de partida para a construção do sistema de monitorização.
- Instrumentos de Política – a sistematização dos instrumentos de política que compõem o *policy-mix* de suporte à implementação da EREI por domínio de especialização e respetivos indicadores de realização.
- Indicadores de Contexto – a construção da bateria de indicadores de contexto para o sistema de informação de suporte à monitorização da EREI.
- Dimensões Analíticas a Considerar – a proposta de dimensões analíticas consideradas relevantes para o desenvolvimento do sistema de monitorização.

2. ENQUADRAMENTO DE SUPORTE

As Estratégias Regionais de Especialização inteligente (EREI) constituem, no quadro da Política de Coesão 2014-2020, uma condição prévia para dar início, num determinado país e respetivas regiões, à aplicação dos fundos estruturais previstos no novo período de programação e financiamento. A EREI do Alentejo, uma das componentes fundamentais da estratégia de desenvolvimento futuro desta região, visa melhorar a competitividade e a internacionalização da economia regional, suportada nas suas vantagens competitivas diferenciadoras e nas capacidades e competências do Sistema Científico e Tecnológico Regional.

A EREI do Alentejo identifica um conjunto de prioridades temáticas e propõe quatro grandes objetivos estruturais: i) Melhorar o desempenho do Sistema Regional de Inovação; ii) Explorar áreas emergentes; iii) Intensificar os padrões de interação e cooperação entre atores, reforçando a combinação simbiótica entre recursos e atividades económicas e iv) Promover a construção coletiva de vantagens competitivas e de *spillovers* económicos e de conhecimento.

É neste âmbito que se enquadra a definição dos domínios prioritários de especialização inteligente, onde se registam maiores dinâmicas de crescimento, de inovação ou de inserção na globalização, em articulação com o potencial do Sistema Científico e Tecnológico Regional, nomeadamente:

- Alimentação e Floresta;
- Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais;
- Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo;
- Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente;
- Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.

Mas, para além de um pré-requisito, a EREI assume-se como o quadro racional lógico, estratégico e tático, que constituirá a base para a definição de orientações regionais/nacionais futuras em matéria de desenvolvimento social, económico, tecnológico, científico, cultural e de ordenamento do território, dando azo a uma agenda integrada e localizada de transformação económica destinada à promoção do uso eficiente, eficaz e sinérgico dos recursos financeiros consagrados à investigação e inovação, com o intuito de aumentar a competitividade das regiões europeias, o que acabará por favorecer o crescimento e prosperidade da Europa como um todo.

Sendo a orientação para os resultados um dos princípios base da Política de Coesão para o período 2014-2020, de modo a contribuir para a estratégia da UE para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, a implementação das estratégias regionais e políticas previstas nos Programas Operacionais deve consagrar a existência de sistemas de monitorização e acompanhamento, constituindo-se uma dimensão relevante no processo de gestão e desenvolvimento dos instrumentos de programação das políticas públicas.

Esta função afigura-se tanto mais relevante quanto a conceção, programação, gestão e execução da EREI do Alentejo converge numa pluralidade de objetivos específicos e operacionais, numa multiplicidade de ações, iniciativas e projetos, a par de uma diversidade de atores públicos, associativos e privados com níveis de interesse e de envolvimento distinto no quadro da Estratégia

A monitorização engloba todos os tipos de atividades relacionadas com a recolha e tratamento de informações sobre a obtenção dos resultados esperados e sobre o grau de implementação das medidas de política. O processo de monitorização, geralmente a cargo dos agentes responsáveis pela implementação, consiste na aferição do que está a ser concretizado relativamente ao que foi proposto fazer, de acordo com a lógica de intervenção planeada. Assim, o objetivo da monitorização é a verificação de que as atividades são planeadas, e que os fundos são corretamente utilizados, no sentido de alcançar dos resultados previstos, e de modo a que os indicadores de realização e de resultado evoluam na direção desejada.

Acresce ainda que as atividades de monitorização são uma excelente ferramenta para comunicar a todas as partes interessadas os resultados alcançados ao longo da implementação das EREI, demonstrando o seu valor e ajudando a ajustar a estratégia, tendo em conta os novos dados advindos do processo de implementação, pelo que a monitorização deve ser entendida como um investimento necessário e relevante de suporte à tomada de decisões de condução de políticas públicas.

O roteiro metodológico de suporte à construção da proposta de sistema de monitorização da EREI Alentejo segue as orientações emanadas da Comissão Europeia, nomeadamente do documento *Monitoring Mechanisms for Smart Specialization Strategies - JRC Technical Reports S3 Policy Brief Series N.º 13/2015*, o qual se assume não como um documento fechado com prescrições vinculativas na organização das atividades de monitorização das EREI, mas sim como um documento orientador na identificação de possíveis soluções de suporte à arquitetura de um sistema de monitorização da EREI, não obstante a existência de um conjunto de elementos base que um sistema de monitorização robusto deverá observar.

Neste sentido, um primeiro passo na construção de um sistema de monitorização deverá passar pela reanálise da lógica de intervenção preconizada na EREI e pela identificação das mudanças esperadas associadas ao seu processo de operacionalização. A revisitação detalhada das prioridades da EREI permite determinar a natureza e o alcance das mudanças desejadas e exequíveis a que se aspira numa determinada dimensão socioeconómica inserida num determinado sistema socioeconómico. É o que, num contexto estratégico, se designa por mudança esperada.

A identificação explícita das mudanças esperadas é equivalente à definição de objetivos específicos para a EREI e, portanto, é um elemento fundamental do desenho estratégico das intervenções e essencial para a elaboração de um sistema de monitorização.

As mudanças esperadas podem ser especificadas de diversas formas, devendo contudo abranger três aspetos fundamentais:

- Identificar uma variável de natureza socioeconómica que pode efetivamente permitir perceber a evolução e a magnitude relativa e absoluta da mudança em termos qualitativos ou quantitativos e que pode ser observada e medida, ou seja, um indicador de resultado;

- Estabelecer um valor de base e metas para a variável definida;
- Estabelecer uma calendarização para observar a evolução efetiva da variável definida.

Após a construção das mudanças esperadas adstritas à operacionalização da EREI importa, num segundo passo de construção de um sistema de monitorização, identificar os instrumentos de política (*policy-mix*) de suporte. Neste sentido, a combinação de políticas públicas dirigidas a um grupo definido de atores e a domínios específicos de intervenção deverá ser escolhida de forma a contribuir para a mudança esperada definida.

Estes instrumentos de política corporizam as ações/realizações passíveis de serem integradas nos domínios consagrados na EREI, operacionalizando o caminho em direção aos resultados esperados. A identificação dos instrumentos de política e da sua lógica de intervenção deverá ser aferida através de indicadores de realização. Estes indicadores deverão ser definidos como variáveis mensuráveis que quantificam o grau em que as ações previstas estão a atingir a população-alvo. Finalmente, associada a cada realização também podem ser identificados indicadores de recursos que permitam identificar os meios e os recursos atribuídos a cada instrumento de política.

Em síntese, no contexto da EREI, a atividade de monitorização deverá ter como principal objetivo, acompanhar a evolução das variáveis de realização e de resultado ao longo do tempo no que diz respeito às metas que foram estabelecidas, tendo presente os recursos e os meios que lhe estão adstritos.

A monitorização dos resultados, por via do acompanhamento dos valores dos indicadores de resultado, permite um juízo sobre se as mudanças esperadas são ou não uma realidade. Se não estiverem a acontecer, pode conduzir a reflexões sobre a adequação e a eficácia das intervenções ou sobre o ajuste dos indicadores de resultado escolhidos. A monitorização de indicadores de resultado é também especialmente relevante, pois constitui uma forma de receber os primeiros sinais de alerta para a adoção de contramedidas para reorientar os processos em relação às metas definidas.

A monitorização das realizações permite aferir se as ações foram desenvolvidas e se a sua implementação está no caminho certo. É uma forma de ter a efetiva perceção sobre, por um lado, se o modelo de governação funciona, e, por outro, sobre a adequação da conjugação dos instrumentos de política em relação à realidade e as condições específicas do sistema socioeconómico em que operam os agentes da inovação. Complementarmente, a monitorização dos recursos assume-se como uma forma de supervisionar os meios atribuídos a cada instrumento de política (fundos, pessoal, etc.) e quantos desses meios são realmente empregues. É muito importante que o planeamento e a alocação real de recursos sejam medidos com precisão, de forma a: i) entender quantos recursos são alocados para as políticas e quantos recursos estão realmente a ser absorvidos; e ii) garantir a credibilidade da formulação de políticas.

Deste modo, é fundamental que o processo de formulação das EREI contemple o estabelecimento de indicadores de monitorização dessas estratégias. Os indicadores funcionam como variáveis para apreender o contexto e as realizações da intervenção política em curso no âmbito das estratégias implementadas. Os indicadores devem ser claramente definidos, utilizando uma unidade adequada e a sua medição deve ter um carácter periódico. Existem, no entanto, limitações reconhecidas, relacionadas com a limitada extensão da sua apreensão da realidade e com a complexidade dos programas e dos seus efeitos.

Na definição do sistema de monitorização e nos processos de recolha de informação dever-se-á ainda ter em consideração a forma como as prioridades foram definidas: num formato vertical (específicas a um único domínio ou um grupo restrito de domínios) ou num formato horizontal (transversais a vários domínios). As duas diferentes abordagens devem estar refletidas de forma adequada na determinação das mudanças esperadas e nos indicadores de resultados a estas associadas.

É com base nesta estrutura metodológica que, seguidamente, se apresenta uma proposta de Sistema de Monitorização a ser aplicado à EREI do Alentejo, complementado com a explicitação de um conjunto de dimensões analíticas específicas a serem consideradas. Não obstante, apresenta-se ainda uma *check-list* síntese de recomendações/fatores críticos de sucesso/boas práticas, provinda da Comissão Europeia, para suporte à construção de sistemas de monitorização das EREI.

2.1. RECOMENDAÇÕES DA UE PARA CONSTRUÇÃO DE MECANISMOS DE MONITORIZAÇÃO DE EREI

Ao definir os Sistemas de Monitorização como peças fundamentais na construção das Estratégias de Especialização Inteligente, a Comissão Europeia apontou um conjunto de recomendações para a forma como os mecanismos integrantes desse sistema devem ser construídos e implementados, a saber (Gianelle *et al*, 2015):

Estabelecer um mecanismo estruturado de envolvimento dos *stakeholders* para a definição do Sistema de Monitorização da EREI.

A mobilização dos *stakeholders* é fundamental para a elaboração de soluções pertinentes e significativas para problemas complexos relacionados com a implementação e a monitorização, pois, muitas vezes, são estes os únicos agentes com capacidade e conhecimentos específicos para representar e medir os eventos relacionados com as prioridades definidas nas EREI.

Importa aferir se as capacidades administrativas internas são suficientes para coordenar a implementação dos mecanismos de monitorização e identificar os principais desafios e as possíveis soluções para esta questão.

Identificar as grandes premissas que estão na base da construção da lógica de intervenção da EREI e garantir a partilha dessa lógica com os *stakeholders*.

Importa identificar claramente as necessidades e os desafios reconhecidos inicialmente, os objetivos globais da estratégia e as soluções operacionais propostas para alcançar esses objetivos, baseadas nas áreas prioritárias de intervenção.

Definir explicitamente a(s) mudança(s) esperada(s) para cada prioridade definida na EREI, refletindo os objetivos específicos e operacionais que se pretendem alcançar.

Importa explicar as escolhas e os pressupostos de base no texto do documento da EREI.

Importa assegurar que as mudanças esperadas são suficientemente realistas para serem largamente reconhecidas pelos *stakeholders*, ao mesmo tempo que são suficientemente ambiciosas para representar uma verdadeira melhoria da situação atual.

Identificar indicadores de resultado apropriados para medir as mudanças esperadas.

Sempre que as estatísticas oficiais não forem eficientes na medição das mudanças esperadas, considerar a utilização de indicadores *proxy* e explicar a razão da sua escolha, as limitações inerentes e discutir planos de melhoria da sua precisão.

Importa pensar na possibilidade de utilizar abordagens alternativas para a recolha de informação como inquéritos a utilizadores finais ou grupos alvo.

Importa discutir com as instituições regionais/nacionais competentes pelas estatísticas a possibilidade de recolha de novas informações.

Definir um conjunto de indicadores de realização eficazes na medição/quantificação das medidas implementadas (instrumentos de política) para alcançar as mudanças esperadas.

Importa explicar como a escolha de indicadores reflete a relação causa-efeito entre os instrumentos de política e os resultados.

Organizar os indicadores permitindo uma fácil visualização e entendimento dos mesmos.

Importa assegurar a inclusão do painel de indicadores no documento da EREI, bem como todas as definições relevantes dos seus elementos, explicações sobre as ligações lógicas, descrição do processo de definição desses elementos e contribuições dos *stakeholders*.

Importa dar visibilidade ao painel de indicadores através da internet e de outros meios de publicitação, de forma a fazê-lo chegar aos *stakeholders*, aos potenciais beneficiários e aos cidadãos em geral.

Descrever como será assegurado o acompanhamento da EREI.

Importa definir como o mecanismo de monitorização e a informação de resultados estão ligados ao sistema de governação da inovação.

Importa definir a forma como o mecanismo de monitorização se relaciona com outros *stakeholders* governamentais e não-governamentais e como efetivamente contribui para um processo contínuo e dinâmica de descoberta empreendedora.

3. PROPOSTA DE SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E DIMENSÕES ANALÍTICAS

No presente capítulo é apresentada a proposta inicial de suporte à construção do Sistema de Monitorização da EREI do Alentejo, de acordo com o roteiro metodológico sugerido pela Comissão Europeia, anteriormente apresentado.

O primeiro passo assentou na reanálise da lógica de intervenção preconizada na EREI do Alentejo ao nível de cada domínio de especialização identificado. Este exercício permitiu, por sua vez, a apresentação das mudanças esperadas ao nível de cada domínio de especialização da EREI, bem como dos indicadores de resultado que traduzem estas mudanças esperadas.

O segundo passo consistiu na sistematização dos instrumentos de política que corporizam o *policy-mix* de suporte à efetivação da implementação da EREI do Alentejo, por domínio de especialização, e a respetiva bateria de indicadores de realização.

Posteriormente, considerou-se relevante a apresentação de um conjunto de indicadores de contexto de enquadramento à EREI do Alentejo, que permitam identificar e realçar as especificidades regionais / nacionais.

Com base no trabalho desenvolvido, apresenta-se ainda uma proposta de dimensões analíticas que deverão ser consideradas no Sistema de Monitorização, bem como uma reflexão sintética sobre o papel do modelo de governação da EREI do Alentejo.

3.1. MUDANÇAS ESPERADAS

A identificação das mudanças esperadas assume-se com um ponto fundamental na construção do sistema de monitorização, uma vez que é o que permite identificar o alcance da estratégia em termos dos objetivos que se propõem concretizar.

De acordo com o texto da EREI, são identificadas as mudanças globais que se pretendem efetivar na Região Alentejo, alinhadas com os desafios globais de programação definidos no Programa Operacional do Alentejo para o período de 2014 a 2020. Assim, é referido que “*a concretização bem-sucedida desta Estratégia, através da focalização de recursos em torno dos seus domínios de especialização, deverá conduzir a Região a um novo patamar de desenvolvimento, com reflexo visível em diversos objetivos de nível macro no horizonte 2020, patentes no Programa Operacional Regional, de entre os quais se salientam:*

Incrementar em 15% o valor do PIB Regional;

Integrar em 2020 o grupo das Regiões classificadas como Innovation follower no âmbito do Innovation Scoreboard (Innovation Moderate em 2010);

Aumentar a taxa de população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos, tendo como objetivo atingir 40% (27,2% em 2011).

O forte enfoque prestado ao domínio da competitividade, por via da Investigação, do Desenvolvimento e da Inovação, decorrente do volume financeiro que lhe está associado, deverá ainda contribuir de forma determinante para a melhoria dos indicadores regionais de investigação e desenvolvimento, designadamente, a proporção de Despesa em I&D no PIB.”

Importa agora desagregar a análise das mudanças esperadas ao nível dos domínios de especialização considerados, tendo por base o racional de intervenção considerado na EREI, que a seguir se sistematiza.

QUADRO1 – DOMÍNIOS DE ESPECIALIZAÇÃO: RACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO

Domínio prioritário	Racional de Especialização
Alimentação e Floresta	Valorizar a dimensão territorial e as condições edafoclimáticas, promovendo a articulação entre a agricultura e a agroindústria, visando integrar a cadeia-de-valor e elevar o controlo sobre a mesma, o valor apercibido dos produtos alimentares alentejanos pela articulação com a cultura e o turismo, bem como explorar oportunidades tecnológicas e de mercado para a emergência de empresas intensivas em conhecimento nos domínios da agricultura de precisão, introduzindo sistemas avançados de produção com forte componente eletrónica, sensores e TIC, bem como modelos de controlo de gestão da produção.
Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais	Valorizar a riqueza geológica, natural e ambiental do Alentejo, potenciando o crescimento, a clusterização de atividades económicas inovadoras e a diversificação estrutural em torno das indústrias extrativas, e, fomentando a emergência de atividades de design, de criação de novos materiais de construção, de tecnologias de produção e exploração sustentáveis, promovendo a reciclagem de materiais, energia, recursos e biotecnologia marinha, promovendo a valorização do património natural e ambiental.
Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços De Turismo	Valorizar o património (natural e cultural, enquanto principal riqueza e traço distintivo), através da articulação com as indústrias culturais e criativas que contribuam para o posicionamento da região enquanto região cultural e criativa, potenciando a expansão de serviços de turismo especializados e fomentando a articulação com outros domínios associados à alimentação e ao ambiente.
Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente	Valorizar as tecnologias críticas, nomeadamente ao nível da gestão de redes e sistemas de segurança informática ou sistemas interativos que pela sua transversalidade apresentam uma margem de progressão e que se articulam particularmente com as temáticas da energia e da mobilidade. Pelas características do Alentejo e pela economia consolidada no âmbito dos combustíveis, importa valorizar as energias renováveis (solar e biomassa), e a energia convencional, podendo alavancar o desenvolvimento de uma especialização em tecnologias de suporte e de produção de energia de fontes renováveis, bem como o desenvolvimento de tecnologias de mobilidade inteligente, aqui potenciando o posicionamento geoestratégico da região enquanto corredor logístico.
Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	Direcionar competências científicas e empresariais para a criação de novas soluções tecnológicas e novos modelos de negócios que, de forma inovadora promovam uma melhor oferta de serviços sociais e suportem a implementação de novos modelos de negócios, com vista à resposta aos desafios sociais e assim cimentar uma economia social multidimensional, integrando atividades educativas, inclusivas, regeneração urbana, microcrédito, turismo, saúde e envelhecimento ativo bem como o apoio ao empreendedor e inovação no local de trabalho.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”.

A sistematização das mudanças esperadas e dos indicadores de resultado associados, que a seguir se apresentam, foi desenvolvida ao nível de um dos domínios de especialização contemplados na EREI, por forma a isolar os efeitos dentro de cada um, seguindo as recomendações identificadas pela Comissão Europeia. Complementarmente, foram ainda identificados os indicadores de resultado existentes nos Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020 com relevância para cada um dos domínios de especialização, por forma a ter uma noção quer da adequação quer da capacidade de abrangência dos mesmos face às necessidades de informação futuras do sistema de monitorização.

Um aspeto que importa realçar prende-se com o facto de apesar de terem sido apresentados os resultados macro que se pretendem atingir com a implementação da EREI na Região Alentejo, não existiam metas específicas associadas a cada um dos domínios de especialização da EREI do Alentejo.

Esta situação condicionou o exercício de construção do sistema da monitorização, que por isso se concentrou especialmente na elaboração de uma proposta de indicadores, a qual importa aprofundar em momento posterior, ao nível da quantificação das metas e do seu escalonamento temporal, por forma a aferir da efetiva eficácia da implementação da EREI do Alentejo. Paralelamente a esta questão, é ainda de salientar que todo o trabalho desenvolvido é uma proposta em construção, devendo o seu processo evolutivo futuro ter um carácter dinâmico e participado, com o envolvimento de todos os *stakeholders* relevantes na implementação da EREI do Alentejo.

QUADRO2 – MUDANÇAS ESPERADAS E INDICADORES DE RESULTADO: ALIMENTAÇÃO E FLORESTA

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Indicadores de Resultado (PT2020)
<p>Aumento da articulação das atividades agrícolas com a agro-indústria e o turismo</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologia avançada (sensores, TIC e controlo de gestão da produção)</p> <p>Redução dos custos energéticos</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento da visibilidade internacional dos produtos regionais</p> <p>Aumento da qualidade e do valor acrescentado dos produtos agroalimentares regionais</p>	<p>N.º de projetos de integração ou de reforço de atividades industriais e/ou de turismo em empresas agrícolas</p> <p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas</p> <p>Redução do consumo de energia nas empresas (peso nos custos operacionais)</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 1.1 - Patentes EPO por PIB em PPC</p> <p>PI 1.2 - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto</p> <p>PI 3.1 - Nascimentos de empresas em setores de alta e média alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos</p> <p>PI 3.2 - Valor das exportações no volume de negócios das PME</p> <p>PI 3.3 - PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação</p> <p>PI 4.2 – Consumo de energia primária nas empresas</p> <p>PI 8.3 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o apoio</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação</p> <p>Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas</p> <p>PI 8.8 - Postos de Trabalho Criados</p> <p>PI 8.9 e PI 9.10 – Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado</p> <p>PI 9.6 - – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio</p> <p>PI 10.2 - Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5</p> <p>Doutoramentos concluídos</p> <p>PI 10.4 – Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 3 – MUDANÇAS ESPERADAS E INDICADORES DE RESULTADO: ECONOMIA DOS RECURSOS MINERAIS, NATURAIS E AMBIENTAIS

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Indicadores de Resultado (PT2020)
<p>Densificar o tecido empresarial, com a atração e criação de novas iniciativas empresariais</p> <p>Promover a clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (articulação e transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologias ecológicas (verdes)</p> <p>Promover a sustentabilidade dos recursos e o combate à desertificação</p> <p>Redução dos Custos energéticos</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento do valor acrescentado dos bens produzidos</p> <p>Aumento do valor intrínseco das exportações</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>% dos gastos privados em I&D face ao PIB regional</p> <p>Volume de faturação das empresas relativo a prestação de serviços de partilha de conhecimento</p> <p>N.º de projetos concretizados de clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas</p> <p>Nível de implementação das medidas de promoção da sustentabilidade dos recursos e combate à desertificação</p> <p>Melhoria do conhecimento sobre os recursos regionais</p> <p>Redução do consumo de energia nas empresas (peso nos custos operacionais)</p> <p>Volume e valor das exportações de produtos regionais</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 1.1 - Patentes EPO por PIB em PPC</p> <p>PI 1.2 - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto</p> <p>PI 3.1 - Nascimentos de empresas em setores de alta e média alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos</p> <p>PI 3.2 - Valor das exportações no volume de negócios das PME</p> <p>PI 3.3 - PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação</p> <p>PI 4.2 – Consumo de energia primária nas empresas</p> <p>PI 5.1 - Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos</p> <p>PI 6.3 - Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros</p> <p>PI 6.4 - Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats</p> <p>PI 8.3 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o apoio</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação</p> <p>Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas</p> <p>PI 8.8 - Postos de Trabalho Criados</p> <p>PI 8.9 e PI 9.10 – Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado</p> <p>PI 9.6 - – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio</p> <p>PI 10.2 - Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5</p> <p>Doutoramentos concluídos</p> <p>PI 10.4 – Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 4 – MUDANÇAS ESPERADAS E INDICADORES DE RESULTADO: PATRIMÓNIO, INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS E SERVIÇOS DE TURISMO

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Indicadores de Resultado (PT2020)
<p>Aumento da articulação das atividades económicas</p> <p>Aumento do n.º de iniciativas empresariais de turismo de natureza, gastronómico e cultural</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento do n.º de visitantes nacionais e internacionais</p> <p>Aumento da oferta turística regional</p> <p>Aumento da qualidade e do valor acrescentado da oferta regional</p> <p>Aumento do reconhecimento internacional da região em termos da oferta turística de qualidade</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Visitantes nacionais e internacionais</p> <p>Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (nacionais e internacionais)</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos/ serviços para o mercado no total do volume de negócios de empresas</p> <p>Nº de produtos/serviços certificados</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 1.1 - Patentes EPO por PIB em PPC</p> <p>PI 1.2 - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto</p> <p>PI 3.1 - Nascimento de empresas em setores de alta e média alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos</p> <p>PI 3.2 - Valor das exportações no volume de negócios das PME</p> <p>PI 3.3 - PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação</p> <p>PI 6.3 - Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros</p> <p>PI 6.5 - Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários</p> <p>Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa prioritários</p> <p>Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano</p> <p>PI 8.3 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o apoio</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação</p> <p>Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas</p> <p>PI 8.8 - Postos de Trabalho Criados</p> <p>PI 8.9 e PI 9.10 – Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado</p> <p>PI 9.6 - – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio</p> <p>PI 10.2 - Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5</p> <p>Doutoramentos concluídos</p> <p>PI 10.4 – Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 5 – MUDANÇAS ESPERADAS E INDICADORES DE RESULTADO: TECNOLOGIAS CRÍTICAS, ENERGIA E MOBILIDADE INTELIGENTE

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Indicadores de Resultado (PT2020)
<p>Densificar o tecido empresarial, com a atração e criação de novas iniciativas empresariais</p> <p>Promover a clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Atração de recursos humanos qualificados</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologia avançada</p> <p>Redução dos custos energéticos</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento da produção de energia renováveis</p> <p>Promoção da mobilidade sustentável</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>N.º de projetos concretizados de clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas</p> <p>Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas no total da produção de energia</p> <p>Redução do consumo de energia nas empresas (peso nos custos operacionais)</p> <p>Redução do Consumo de energia total</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa</p> <p>Veículos elétricos</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 1.1 - Patentes EPO por PIB em PPC</p> <p>PI 1.2 - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto</p> <p>PI 3.1 - Nascimentos de empresas em setores de alta e média alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos</p> <p>PI 3.2 - Valor das exportações no volume de negócios das PME</p> <p>PI 3.3 - PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação</p> <p>PI 4.1 – Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional</p> <p>PI 4.2 – Consumo de energia primária nas empresas</p> <p>PI 4.3 - Consumo de energia primária na administração regional e local</p> <p>Fogos de habitação social com classificação energética melhorada</p> <p>Consumo de energia primária nos edifícios da administração central</p> <p>Consumo de energia primária na habitação (particulares)</p> <p>PI 4.5 - Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa</p> <p>Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos</p> <p>Veículos elétricos</p> <p>PI 8.3 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o apoio</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação</p> <p>Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas</p> <p>PI 8.8 - Postos de Trabalho Criados</p> <p>PI 8.9 e PI 9.10 – Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado</p> <p>PI 9.6 - – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio</p> <p>PI 10.2 - Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5</p> <p>Doutoramentos concluídos</p> <p>PI 10.4 – Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

QUADRO 6 – MUDANÇAS ESPERADAS E INDICADORES DE RESULTADO: TECNOLOGIAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA ECONOMIA SOCIAL

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Indicadores de Resultado (PT2020)
<p>Criação de novas soluções tecnológicas e de novos modelos de negócio</p> <p>Aumento da articulação das atividades económicas</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologia avançada</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Incremento da capacidade de oferta de serviços regional</p> <p>Aumento da visibilidade da região</p> <p>Atração de “novos” residentes</p> <p>Aumento do emprego</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos/ serviços para o mercado no total do volume de negócios de empresas</p> <p>Peso das exportações de produtos/serviços setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde</p> <p>Aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p> <p>Aumento da população residente</p>	<p>PI 1.1 - Patentes EPO por PIB em PPC</p> <p>PI 1.2 - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com cooperação para a inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto</p> <p>PI 3.1 - Nascimento de empresas em setores de alta e média alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos</p> <p>PI 3.2 - Valor das exportações no volume de negócios das PME</p> <p>PI 3.3 - PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação</p> <p>PI 8.3 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o apoio</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação</p> <p>Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas</p> <p>PI 8.8 - Postos de Trabalho Criados</p> <p>PI 8.9 e PI 9.10 – Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado</p> <p>PI 9.4 - Participantes que concluem ações de formação para profissionais de serviços sociais e de saúde</p> <p>Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis</p> <p>PI 9.6 - – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio</p> <p>PI 9.7 - Utentes inscritos em USF</p> <p>PI 10.2 - Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5</p> <p>Doutoramentos concluídos</p> <p>PI 10.4 – Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

3.2. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA

Importa agora sistematizar os instrumentos de política que corporizam o *policy-mix* de suporte à efetivação da implementação da EREI do Alentejo, por domínio de especialização, e a respetiva bateria de indicadores de realização. Saliente-se, nesta vertente, que no texto final da EREI do Alentejo não existe uma identificação precisa dos instrumentos de implementação, remetendo para os Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020 a inventariação dos instrumentos de política a serem mobilizados. Neste sentido, foram considerados os Programas Operacionais de âmbito nacional e regional, com a exceção do PDR 2020 e do Mar 2020 (devido à impossibilidade de afetação dos instrumentos de política contemplados, aos objetivos e às prioridades de investimento comunitárias).

Em termos da seleção de instrumentos de política, importa ainda referir que foram consideradas as tipologias de intervenção contempladas nos textos dos Programas Operacionais, em detrimento dos Regulamentos Específicos de suporte à operacionalização dos Programas Operacionais. Esta opção deveu-se, sobretudo, ao facto de existirem um conjunto de instrumentos de política que não se encontram plasmados ao nível dos regulamentos existentes, permitindo assim ter uma visão mais ampla dos mecanismos de operacionalização que permitam dar resposta aos desafios e ao modelo de intervenção identificado na EREI do Alentejo.

Complementarmente, foram ainda identificados os indicadores de realização existentes no Programa Operacionais com relevância para cada um dos domínios de especialização, por forma a ser possível ter a noção, quer da adequação, quer da capacidade de abrangência dos mesmos, face às necessidades de informação futuras do sistema de monitorização.

Apresenta-se de seguida a proposta de instrumentos de política e a correspondente bateria de indicadores de realização de suporte à elaboração do sistema de monitorização da EREI do Alentejo.

QUADRO 7 – INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Alimentação e Floresta		
Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização.</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas Tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoios a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo</p> <p>Apoio direto ao investimento para a criação de empresas</p> <p>Apoios a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira)</p> <p>Projetos simplificados de empreendedorismo</p> <p>Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização</p> <p>Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas,</p> <p>Projetos Simplificados de Inovação</p> <p>Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME</p> <p>Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 4.2 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia</p> <p>Ações específicas aplicadas aos processos produtivos enquanto medidas tecnológicas de baixo carbono</p> <p>Ações específicas, sobretudo associadas ao setor dos serviços, em equipamentos eficientes</p> <p>Tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas apoiadas para internacionalização</p> <p>N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I</p> <p>Investimento das empresas em internacionalização</p> <p>Investimento das empresas em I&I</p> <p>Empresas com consumo de energia melhorado</p> <p>N.º de empresas apoiadas para eficiência energética</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>N.º de produtos endógenos apoiados</p> <p>N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas</p> <p>Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>	<p>PI 1.1 – N.º de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas</p> <p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3 – N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>N.º de novas empresas apoiadas</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções</p> <p>PI 4.2 – N.º de empresas que recebem apoio</p> <p>N.º de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções</p> <p>Empresas com consumo de energia melhorado</p> <p>PI 8.3 - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>PI 8.8 – N.º de empresas que recebem apoio</p> <p>PI 8.9 - Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>PI 9.6 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 9.10 - Estratégias de DLBC apoiadas</p> <p>PI 10.2 - Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>PI 10.4 - Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Alimentação e Floresta

Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I.</p> <p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 8.9 - Estratégias de <i>marketing</i> e de animação territorial</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento e</p> <p>Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>		

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Governo de Portugal (2014) "Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020" e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 8 – INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais

Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização. Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas Tecnológicas Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso Apoio à valorização económica dos resultados da investigação Apoio à coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i> Apoio a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico Apoio a “projetos semente” Incentivos diretos à I&DT Projetos simplificados de I&DT Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo Apoio direto ao investimento para a criação de empresas Apoio a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira) Projetos simplificados de empreendedorismo Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas, Projetos Simplificados de Inovação Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 4.2 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia Ações específicas aplicadas aos processos produtivos enquanto medidas tecnológicas de baixo carbono Ações específicas, sobretudo associadas ao setor dos serviços, em equipamentos eficientes Tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo</p> <p>PI 5.1 - Planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas Planos sectoriais de adaptação às alterações climáticas Ações imateriais do plano de ação de combate à desertificação</p>	<p>Projetos de I&D apoiados N.º de empresas que recebem subvenções Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) Aumento do emprego em empresas apoiadas N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação N.º de projetos apoiados de clusterização das atividades económicas associadas N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado Projetos de transferência e utilização de conhecimento N.º de empresas apoiadas para internacionalização N.º de empresas apoiadas para desenvolvimento de atividades de I&I Investimento das empresas em internacionalização Investimento das empresas em I&I Empresas com consumo de energia melhorado N.º de projetos de promoção da sustentabilidade dos recursos e combate à desertificação N.º de projetos de melhoria do conhecimento dos recursos regionais N.º de empresas apoiadas para eficiência energética Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial PME apoiadas em programas de formação-ação Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos N.º de produtos endógenos apoiados N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED5 Bolsheiros de doutoramento apoiados Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>	<p>PI 1.1 – N.º de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas Projetos de I&D apoiados</p> <p>PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3 – N.º de empresas que recebem subvenções Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) N.º de novas empresas apoiadas Aumento do emprego em empresas apoiadas N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado Projetos de transferência e utilização de conhecimento N.º de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções</p> <p>PI 4.2 – N.º de empresas que recebem apoio N.º de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções Empresas com consumo de energia melhorado</p> <p>PI 5.1 - Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos</p> <p>PI 6.3 - Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de Apoio</p> <p>PI 6.4 - Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos Superfície dos <i>habitats</i> apoiados para atingirem um melhor estado de conservação</p> <p>PI 8.3 - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>PI 8.8 – N.º de empresas que recebem apoio</p>

Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais

Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>Ações de promoção de infraestruturas verdes</p> <p>Produção de informação e conhecimento (estudos, análises e cartografia) e desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão</p> <p>Sistemas de previsão, alerta e resposta</p> <p>Reestruturação e modernização dos sistemas de meteorologia</p> <p>Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas</p> <p>PI 6.3 - Valorização do Património natural</p> <p>PI 6.4 - Conservação da natureza</p> <p>Gestão e Ordenamento de Áreas Protegidas e Classificadas</p> <p>Informação</p> <p>Proteção e ordenamento dos recursos geológicos</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p> <p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I.</p> <p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento e Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>		<p>PI 8.9 - Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>PI 9.6 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 9.10 - Estratégias de DLBC apoiadas</p> <p>PI 10.2 - Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>PI 10.4 - Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Governo de Portugal (2014) "Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020" e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 9 – INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo

Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoio a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo</p> <p>Apoio direto ao investimento para a criação de empresas</p> <p>Apoio a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira)</p> <p>Projetos simplificados de empreendedorismo</p> <p>Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização</p> <p>Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas</p> <p>Projetos Simplificados de Inovação</p> <p>Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME</p> <p>Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 6.3 - Valorização do Património histórico/cultural</p> <p>PI 6.5 - Ações de reabilitação e regeneração de locais contaminados e de zonas mineiras</p> <p>Plano integrado de regeneração urbana sustentável, específico para cada uma das áreas selecionadas (centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas de reabilitação de zonas industriais abandonadas)</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p> <p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos/serviços novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas apoiadas para internacionalização</p> <p>N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I</p> <p>Investimento das empresas em internacionalização</p> <p>Investimento das empresas em I&I</p> <p>Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de Apoio</p> <p>Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas</p> <p>Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>N.º de produtos endógenos apoiados</p> <p>N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas</p> <p>N.º de projetos apoiados para certificação de produtos/ serviços turísticos</p> <p>Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>	<p>PI 1.1 – N.º de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas</p> <p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3 – N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>N.º de novas empresas apoiadas</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções</p> <p>PI 6.3 - Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de Apoio</p> <p>PI 6.5 - Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas</p> <p>Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas</p> <p>PI 8.3 - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>PI 8.8 – N.º de empresas que recebem apoio</p> <p>PI 8.9 - Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>PI 9.6 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 9.10 - Estratégias de DLBC apoiadas</p> <p>PI 10.2 - Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>PI 10.4 - Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo

Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento e Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>		

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Governo de Portugal (2014) "Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020" e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 10 – INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Sustentável		
Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização.</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoios a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo</p> <p>Apoio direto ao investimento para a criação de empresas</p> <p>Apoio a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira)</p> <p>Projetos simplificados de empreendedorismo</p> <p>Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização</p> <p>Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas</p> <p>Projetos Simplificados de Inovação</p> <p>Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME</p> <p>Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 4.1 - Projetos de produção de energia a partir de fontes renováveis</p> <p>Projetos-piloto de armazenamento de energia</p> <p>Desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de novas tecnologias de armazenagem de energia</p> <p>PI 4.2 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia</p> <p>Ações específicas aplicadas aos processos produtivos enquanto medidas tecnológicas de baixo carbono</p> <p>Ações específicas, sobretudo associadas ao setor dos serviços, em equipamentos eficientes</p> <p>Tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>N.º de projetos apoiados de clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas apoiadas para internacionalização</p> <p>N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I</p> <p>Investimento das empresas em internacionalização</p> <p>Investimento das empresas em I&I</p> <p>Empresas com consumo de energia melhorado</p> <p>Capacidade suplementar de produção de energia renovável</p> <p>Redução das emissões de gases com efeito de estufa</p> <p>N.º de empresas apoiadas para eficiência energética</p> <p>N.º de agregados familiares com consumo de energia melhorado</p> <p>Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos</p> <p>Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica</p> <p>Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>N.º de produtos endógenos apoiados</p> <p>N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas</p>	<p>PI 1.1 - N.º de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas</p> <p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3 - N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>N.º de novas empresas apoiadas</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções</p> <p>PI 4.1 - Capacidade suplementar de produção de energia renovável</p> <p>Redução das emissões de gases com efeito de estufa</p> <p>PI 4.2 - N.º de empresas que recebem apoio</p> <p>N.º de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções</p> <p>Empresas com consumo de energia melhorado</p> <p>PI 4.3 - N.º de agregados familiares com consumo de energia melhorado</p> <p>Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos</p> <p>Redução das emissões de gases com efeito de estufa</p> <p>PI 4.5 - Planos de Mobilidade Urbana Sustentável Implementados</p> <p>Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica</p> <p>Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes</p> <p>PI 8.3 - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p>

Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Sustentável

Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>PI 4.3 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia</p> <p>Apoio à realização dos Planos de Ação de eficiência energética</p> <p>Investimento em projetos de eficiência energética nas infraestruturas públicas</p> <p>Investimentos para a reabilitação energética dos edifícios de habitação social</p> <p>Investimentos em equipamento para a melhoria de eficiência energética da iluminação pública</p> <p>Apoio à realização de contratos de gestão de eficiência energética em edifícios e equipamentos públicos (modelo ESCO)</p> <p>Criação de redes urbanas de energia térmica</p> <p>Ações de sensibilização no âmbito da promoção da eficiência energética</p> <p>PI 4.5 - Estratégias territoriais de intervenção em matéria de gestão da mobilidade</p> <p>Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real</p> <p>Sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte</p> <p>Infraestruturas urbanas de apoio à utilização dos transportes públicos e dos modos suaves de deslocação</p> <p>Apoio à implementação de medidas de eficiência energética e à racionalização dos consumos nos transportes públicos coletivos de passageiros</p> <p>Apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p> <p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I</p> <p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial;</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento e Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>	<p>Estudantes apoiados nos Cursos</p> <p>Técnicos Superiores Profissionais ISCED5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>	<p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>PI 8.8 - N.º de empresas que recebem apoio</p> <p>PI 8.9 - Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>PI 9.6 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 9.10 - Estratégias de DLBC apoiadas</p> <p>PI 10.2 - Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>PI 10.4 - Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Governo de Portugal (2014) "Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020" e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 11 – INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social

Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização. Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas Tecnológicas Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso Apoio à valorização económica dos resultados da investigação Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i> Apoios a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico Apoio a “projetos semente” Incentivos diretos à I&DT Projetos simplificados de I&DT Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo Apoio direto ao investimento para a criação de empresas Apoios a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira) Projetos simplificados de empreendedorismo Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas Projetos Simplificados de Inovação Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p>	<p>Projetos de I&D apoiados N.º de empresas que recebem subvenções Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) Aumento do emprego em empresas apoiadas N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado Projetos de transferência e utilização de conhecimento N.º de empresas apoiadas para internacionalização N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I Investimento das empresas em internacionalização Investimento das empresas em I&I Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial PME apoiadas em programas de formação-ação Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis População abrangida por serviços de saúde melhorados Equipamentos sociais e de saúde apoiados Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos N.º de produtos endógenos apoiados N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED5 Bolseiros de doutoramento apoiados Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>	<p>PI 1.1 - N.º de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas Projetos de I&D apoiados</p> <p>PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3 - N.º de empresas que recebem subvenções Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) N.º de novas empresas apoiadas Aumento do emprego em empresas apoiadas N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado Projetos de transferência e utilização de conhecimento N.º de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções</p> <p>PI 8.3 - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 8.5 - Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>PI 8.8 - N.º de empresas que recebem apoio</p> <p>PI 8.9 - Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>PI 9.4 - Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis</p> <p>PI 9.6 – Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>PI 9.7 - População abrangida por serviços de saúde melhorados Equipamentos sociais e de saúde apoiados</p> <p>PI 9.10 - Estratégias de DLBC apoiadas</p> <p>PI 10.2 - Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>PI 10.4 - Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social

Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)	Indicadores de Realização (PT2020)
<p>PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial Criação de redes locais de promoção do conhecimento e Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>PI 9.4 - Rede de Cuidadores de Proximidade Idade + Suporte ao doente em casa/na comunidade através do uso de tecnologias Cuidados especializados Sensibilização/(in)formação de suporte às reformas nos serviços sociais e de saúde</p> <p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.7 - Qualificação e consolidação da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados hospitalares Qualificação e consolidação da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados primários Sistemas de informação integrados que visem melhorar a qualidade dos serviços de saúde Viaturas devidamente equipadas para garantir serviços de proximidade Aquisição de equipamentos e novas tecnologias Equipamentos para prestação de serviços de telemedicina Qualificação da rede de equipamentos sociais existentes</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior Cursos técnicos superiores profissionais Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>		

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Governo de Portugal (2014) "Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020" e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

3.3. INDICADORES DE CONTEXTO

A existência de uma bateria de indicadores de contexto assume particular relevância na construção de um sistema de informação, uma vez que estes indicadores são pontos de referência que fornecem informação simples e fiável relativa à evolução de variáveis de contexto, realçando as especificidades regionais/nacionais. Na medida em que as EREI são, por definição, agendas políticas orientadas para o exterior, os indicadores de contexto selecionados devem permitir a comparação da região com outras regiões similares (ou Estados-membros). Estes indicadores podem ser de natureza económica e financeira (PIB, Balança Comercial), social (demografia, ocupação, sexo) e setores específicos (educação, saúde ou meio ambiente).

Apresenta-se de seguida uma proposta genérica de indicadores de contexto de suporte à monitorização da EREI do Alentejo, por grandes domínios de intervenção, tendo por base elementos de referência disponibilizados pela Comissão Europeia quer o próprio texto da EREI Alentejo.

Investimento no conhecimento

- Novos doutorados (ISCED 6) por cada mil habitantes de idade entre 25-34 anos
- Gastos privados em I&D em % do PIB
- Gastos públicos em I&D em % do PIB
- Capital de Risco em % do PIB

Excelência e Cooperação da C&T

- Publicações científicas entre as 10% das publicações científicas mundialmente mais citadas em % do total de publicações científicas nacionais/regionais
- Co-publicações científicas internacionais por milhão de habitantes
- Co-publicações científicas público-privadas por milhão de habitantes

Inovação com contributo para a competitividade internacional

- Patentes registadas (PCT) por mil milhões (€) do PIB a preços correntes (PPC€)
- Receitas externas de Licenças e Patentes em % do PIB
- Contribuição das inovações de produto novas para o mercado e novas para as empresas em % do total de volume de negócios
- Exportações de serviços intensivos em conhecimento em % das exportações totais de serviços
- Contribuição dos produtos de alta e média tecnologia para a Balança Comercial em % do total de exportações e importações de produtos
- Crescimento do fator de produtividade total (total da economia)

Fatores de mudança estrutural e abordagem de mudanças societais

- Empregos em atividades intensivas em conhecimento (indústria e serviços) em % do total de empregados com idade entre 15-64 anos

PME que introduziram inovações de produto ou processo em % do total de PME

Patentes EPO relacionadas com tecnologias ambientais registadas por mil milhões (€) do PIB a preços correntes (PPC€)

Patentes EPO relacionadas com tecnologias da saúde registadas por mil milhões (€) do PIB a preços correntes (PPC€)

Agenda EU2020

Taxa de emprego da população entre 20-64 anos (%)

Intensidade de I&D (Peso da despesa em I&D em % do PIB)

Emissão de gases com efeito estufa - 1990 = 100

Parcela de energia renovável no consumo bruto final de energia (%)

Parcela da população entre 30-34 anos que completaram o ensino obrigatório (%)

Parcela da população em risco de pobreza ou exclusão social (%)

Enquadramento Regional (EREI Alentejo)

População Residente

Densidade Populacional

PIB *per capita*

População Empregada

Produtividade (VAB/Emprego)

Taxa de Atividade

Taxa de Desemprego

Taxa de Voluntariado (formal)

Empresas por Município da sede

Empresas das indústrias transformadoras

Densidade de Empresas

Exportações

Importações

Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações

Despesa em I&D

Pessoal em I&D

Zonas de Proteção Especial (Rede Natura 2000)

Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros

Estabelecimentos Hoteleiros

3.4. DIMENSÕES ANALÍTICAS A CONSIDERAR

Apresenta-se de seguida uma proposta de dimensões analíticas consideradas relevantes para o desenvolvimento do sistema de monitorização da EREI do Alentejo, tendo por base o trabalho desenvolvido e a informação disponibilizada/a disponibilizar. As dimensões de análise consideradas foram as seguintes:

- Modo de Operacionalização - EREI
- Domínios de Especialização - EREI
- Conhecimento, Inovação e Investigação - EREI
- Empresas - EREI
- Investimentos Territoriais Integrados (ITI) - EREI
- Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) - EREI
- Dinâmicas Territoriais - EREI
- Agenda de Transformação em Curso - EREI

3.4.1. Modo de Operacionalização - EREI

Com esta dimensão analítica, pretende-se analisar e monitorizar o modo de operacionalização do conceito da EREI na Região Alentejo.

Como já foi referido, a operacionalização da EREI do Alentejo, por inexistência de instrumentos próprios de política, assenta na implementação dos instrumentos globais de política pública definida para o período de programação 2014-2020 em Portugal e, em específico, na Região Alentejo. Neste sentido, a avaliação da operacionalização da EREI está diretamente indexada à forma de aplicação dos instrumentos de política pública existentes na Região, que decorrem das diferentes prioridades de investimento mobilizadas ao nível dos diferentes Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020, com relevo para a EREI do Alentejo. Complementarmente, a aferição do modo de operacionalização do conceito da EREI na Região Alentejo passa ainda pela consideração da existência de regulamentos específicos, os quais detalham e operacionalizam os instrumentos de política pública e as tipologias de intervenção a serem consagradas no âmbito das diferentes prioridades de investimento consideradas.

Uma outra dimensão crítica, na monitorização do modo de implementação do conceito da EREI na Região Alentejo, são os critérios de seleção. Estes, assumem-se como instrumentos decisivos de aplicação efetiva da política pública, devendo ser interpretados como medidas de cumprimento dos seus objetivos, prioridades e estratégias, tendo por base um conjunto de parâmetros de análise comuns, objetivos e transparentes, determinando a escolha e a hierarquização dos projetos apoiáveis, a par da aferição dos contributos dos projetos e operações para a realização dos Indicadores de Resultado dos Programas Operacionais.

Uma última dimensão a ser considerada, mas ainda assim uma das mais relevantes ao nível na aferição do modo de operacionalização da EREI, coloca-se relativamente aos avisos de candidatura.

Estes avisos visam a publicitação e sistematização do conjunto de requisitos que as candidaturas devem verificar, tanto ao nível da operação como do beneficiário, para aceder ao financiamento no âmbito de um Programa Operacional. Nos avisos devem constar, entre outros elementos, as tipologias de intervenção, os prazos para a apresentação de candidaturas, condições de admissão e seleção das candidaturas, a dotação financeira disponível para o seu financiamento em cada Programa Operacional, e quando aplicável, a respetiva região associada. Neste sentido, é ao nível dos avisos de candidatura que é possível avaliar a efetiva operacionalização da EREI.

Em síntese, a avaliação da operacionalização da EREI do Alentejo deverá partir da validação da integração dos conceitos da EREI nas diferentes dimensões anteriormente referidas. Assim, apresenta-se de seguida, para cada uma das dimensões, uma proposta de abordagem específica a ser considerada na análise e monitorização do modo de operacionalização do conceito da EREI na Região Alentejo.

QUADRO12 – MODO DE OPERACIONALIZAÇÃO - EREI

Dimensão de intervenção	Proposta de Abordagem
Programas Operacionais	Aferir para cada programa operacional e por cada prioridade de investimento a existência de referências explícitas à integração da Estratégia EREI. Aferição de outros aspetos específicos relativos à integração da Estratégia EREI.
Regulamentos Específicos	Aferir para cada regulamento específico e por cada instrumento de política regulamentado a existência de referências explícitas à integração da Estratégia EREI. Aferição de outros aspetos específicos relativos à integração da Estratégia EREI.
Critérios de Seleção	Aferir para cada prioridade de investimento e cada conjunto de critérios de seleção aprovados a existência de referências explícitas à integração da Estratégia EREI. Aferição de outros aspetos específicos relativos à integração da Estratégia EREI.
Avisos de candidatura	Aferir para cada aviso de candidatura a existência de referências explícitas à integração da Estratégia EREI, entre os quais se destacam a existência de avisos exclusivos, a majoração de incentivo, entre outros aspetos considerados relevantes. Aferição de outros aspetos específicos relativos à integração da Estratégia EREI.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esta análise deverá ser feita anualmente e ser parte integrante de um Relatório de Monitorização com periodicidade anual, ancorando-se na informação disponibilizada no Sistema de Informação dos FEEI, podendo ser desenvolvidos trabalhos complementares de produção de nova informação relevante, nomeadamente inquéritos aos beneficiários, estudos de caso, entre outros.

3.4.2. Domínios de Especialização - EREI

Esta dimensão analítica pretende analisar e monitorizar o desempenho de cada uma das prioridades estratégicas/áreas de especialização da EREI, as quais se assumem como dimensões críticas de análise a serem consideradas no Sistema de Monitorização da EREI da Região Alentejo.

Esta análise, integra-se diretamente no trabalho desenvolvido nos pontos anteriores e é apresentada de seguida de forma integrada, relativamente a cada uma das dimensões de especialização, das mudanças esperadas, dos indicadores de resultado, dos instrumentos de política e dos indicadores de realização a serem considerados.

QUADRO13 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: ALIMENTAÇÃO E FLORESTA

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Aumento da articulação das atividades agrícolas com a agro-indústria e o turismo</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologia avançada (sensores, TIC e controlo de gestão da produção)</p> <p>Redução dos custos energéticos</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento da visibilidade internacional dos produtos regionais</p> <p>Aumento da qualidade e do valor acrescentado dos produtos agroalimentares regionais</p>	<p>N.º de projetos de integração ou de reforço de atividades industriais e/ou de turismo em empresas agrícolas</p> <p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o</p>	<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização.</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoio a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo</p> <p>Apoio direto ao investimento para a criação de empresas</p> <p>Apoio a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira)</p> <p>Projetos simplificados de empreendedorismo</p> <p>Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização</p> <p>Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas</p> <p>Projetos Simplificados de Inovação</p> <p>Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME</p> <p>Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 4.2 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia</p> <p>Ações específicas aplicadas aos processos produtivos enquanto medidas tecnológicas de baixo carbono</p> <p>Ações específicas, sobretudo associadas ao setor dos serviços, em equipamentos eficientes</p> <p>Tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas apoiadas para internacionalização</p> <p>N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I</p> <p>Investimento das empresas em internacionalização</p> <p>Investimento das empresas em I&I</p> <p>Empresas com consumo de energia melhorado</p> <p>N.º de empresas apoiadas para eficiência energética</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas</p>

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
	<p>mercado no total do volume de negócios de empresas</p> <p>Redução do consumo de energia nas empresas (peso nos custos operacionais)</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p> <p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I</p> <p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento</p> <p>Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>	<p>apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>N.º de produtos endógenos apoiados</p> <p>N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas</p> <p>Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO14 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: ECONOMIA DOS RECURSOS MINERAIS, NATURAIS E AMBIENTAIS

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Densificar o tecido empresarial, com a atração e criação de novas iniciativas empresariais</p> <p>Promover a clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (articulação e transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologias ecológicas (verdes)</p> <p>Promover a sustentabilidade dos recursos e o combate à desertificação</p> <p>Redução dos Custos energéticos</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento do valor acrescentado dos bens produzidos</p> <p>Aumento do valor intrínseco das exportações</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>% dos gastos privados em I&D face ao PIB regional</p> <p>Volume de faturação das empresas relativo a prestação de serviços de partilha de conhecimento</p> <p>N.º de projetos concretizados de clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação</p>	<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização.</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas Tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoio a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo</p> <p>Apoio direto ao investimento para a criação de empresas</p> <p>Apoio a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira)</p> <p>Projetos simplificados de empreendedorismo</p> <p>Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização</p> <p>Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas</p> <p>Projetos Simplificados de Inovação</p> <p>Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME</p> <p>Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 4.2 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia</p> <p>Ações específicas aplicadas aos processos produtivos enquanto medidas tecnológicas de baixo carbono</p> <p>Ações específicas, sobretudo associadas ao setor dos serviços, em equipamentos eficientes</p> <p>Tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo</p> <p>PI 5.1 - Planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de projetos apoiados de clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas apoiadas para internacionalização</p> <p>N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I</p> <p>Investimento das empresas em internacionalização</p> <p>Investimento das empresas em I&I</p> <p>Empresas com consumo de energia melhorado</p> <p>N.º de projetos de promoção da sustentabilidade dos recursos e combate à desertificação</p> <p>N.º de projetos de melhoria</p>

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
	<p>I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas</p> <p>Nível de implementação das medidas de promoção da sustentabilidade dos recursos e combate à desertificação</p> <p>Melhoria do conhecimento sobre os recursos regionais</p> <p>Redução do consumo de energia nas empresas (peso nos custos operacionais)</p> <p>Volume e valor das exportações de produtos regionais</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>Planos sectoriais de adaptação às alterações climáticas</p> <p>Ações imateriais do plano de ação de combate à desertificação</p> <p>Ações de promoção de infraestruturas verdes</p> <p>Produção de informação e conhecimento (estudos, análises e cartografia) e desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão</p> <p>Sistemas de previsão, alerta e resposta</p> <p>Reestruturação e modernização dos sistemas de meteorologia</p> <p>Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas</p> <p>PI 6.3 - Valorização do Património natural</p> <p>PI 6.4 - Conservação da natureza</p> <p>Gestão e Ordenamento de Áreas Protegidas e Classificadas</p> <p>Informação</p> <p>Proteção e ordenamento dos recursos geológicos</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p> <p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I.</p> <p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial;</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento</p> <p>Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos;</p> <p>PI 9.6 - Apoio para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>	<p>do conhecimento dos recursos regionais</p> <p>N.º de empresas apoiadas para eficiência energética</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>N.º de produtos endógenos apoiados</p> <p>N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas</p> <p>Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014), Governo de Portugal (2014) "Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020" e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO15 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: PATRIMÓNIO, INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS E SERVIÇOS DE TURISMO

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Aumento da articulação das atividades económicas</p> <p>Aumento do n.º de iniciativas empresariais de turismo de natureza, gastronómico e cultural</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento do n.º de visitantes nacionais e internacionais</p> <p>Aumento da oferta turística regional</p> <p>Aumento da qualidade e do valor acrescentado da oferta regional</p> <p>Aumento do reconhecimento internacional da região em termos da oferta turística de qualidade</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Visitantes nacionais e internacionais</p> <p>Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (nacionais e internacionais)</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos/ serviços para o mercado no total do</p>	<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização.</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas Tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoio a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo</p> <p>Apoio direto ao investimento para a criação de empresas</p> <p>Apoio a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira)</p> <p>Projetos simplificados de empreendedorismo</p> <p>Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização</p> <p>Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas,</p> <p>Projetos Simplificados de Inovação</p> <p>Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME</p> <p>Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 6.3 - Valorização do Património histórico/cultural</p> <p>PI 6.5 - Ações de reabilitação e regeneração de locais contaminados e de zonas mineiras</p> <p>Plano integrado de regeneração urbana sustentável, específico para cada uma das áreas selecionadas (centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas de reabilitação de zonas industriais abandonadas)</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos/serviços novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas apoiadas para internacionalização</p> <p>N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I</p> <p>Investimento das empresas em internacionalização</p> <p>Investimento das empresas em I&I</p> <p>Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de Apoio</p> <p>Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas</p> <p>Edifícios públicos ou</p>

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
	<p>volume de negócios de empresas</p> <p>N.º de produtos/serviços certificados</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I</p> <p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento</p> <p>Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>	<p>comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>N.º de produtos endógenos apoiados</p> <p>N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas</p> <p>N.º de projetos apoiados para certificação de produtos/serviços turísticos</p> <p>Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO16 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: TECNOLOGIAS CRÍTICAS, ENERGIA E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Densificar o tecido empresarial, com a atração e criação de novas iniciativas empresariais</p> <p>Promover a clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Atração de recursos humanos qualificados</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologia avançada</p> <p>Redução dos custos energéticos</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento da produção de energia renováveis</p> <p>Promoção da mobilidade sustentável</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>N.º de projetos concretizados de clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do</p>	<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização.</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas Tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoio a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo</p> <p>Apoio direto ao investimento para a criação de empresas</p> <p>Apoio a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira)</p> <p>Projetos simplificados de empreendedorismo</p> <p>Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização</p> <p>Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas</p> <p>Projetos Simplificados de Inovação</p> <p>Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME</p> <p>Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 4.1 - Projetos de produção de energia a partir de fontes renováveis</p> <p>Projetos-piloto de armazenamento de energia</p> <p>Desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de novas tecnologias de armazenagem de energia</p> <p>PI 4.2 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>N.º de projetos apoiados de clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas apoiadas para internacionalização</p> <p>N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I</p> <p>Investimento das empresas em internacionalização</p> <p>Investimento das empresas em I&I</p> <p>Empresas com consumo de energia melhorado</p> <p>Capacidade suplementar de produção de energia renovável</p> <p>Redução das emissões de gases com efeito de estufa</p>

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
	<p>volume de negócios de empresas</p> <p>Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas no total da produção de energia</p> <p>Redução do consumo de energia nas empresas (peso nos custos operacionais)</p> <p>Redução do Consumo de energia total</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa</p> <p>Veículos elétricos</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>Ações específicas aplicadas aos processos produtivos enquanto medidas tecnológicas de baixo carbono</p> <p>Ações específicas, sobretudo associadas ao setor dos serviços, em equipamentos eficientes</p> <p>Tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo</p> <p>PI 4.3 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia</p> <p>Apoio à realização dos Planos de Ação de eficiência energética</p> <p>Investimento em projetos de eficiência energética nas infraestruturas públicas</p> <p>Investimento para a reabilitação energética dos edifícios de habitação social</p> <p>Investimento em equipamento para a melhoria de eficiência energética da iluminação pública</p> <p>Apoio à realização de contratos de gestão de eficiência energética em edifícios e equipamentos públicos (modelo ESCO),</p> <p>Criação de redes urbanas de energia térmica</p> <p>Ações de sensibilização no âmbito da promoção da eficiência energética</p> <p>PI 4.5 - Estratégias territoriais de intervenção em matéria de gestão da mobilidade</p> <p>Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real</p> <p>Sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte</p> <p>Infraestruturas urbanas de apoio à utilização dos transportes públicos e dos modos suaves de deslocação</p> <p>Apoio à implementação de medidas de eficiência energética e à racionalização dos consumos nos transportes públicos coletivos de passageiros</p> <p>Apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p> <p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I</p> <p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial</p> <p>Criação de redes locais de promoção do conhecimento</p> <p>Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos</p> <p>PI 9.6 - Apoio para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas apoiadas para eficiência energética</p> <p>N.º de agregados familiares com consumo de energia melhorado</p> <p>Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos</p> <p>Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica</p> <p>Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas de formação-ação</p> <p>Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos</p> <p>N.º de produtos endógenos apoiados</p> <p>N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas</p> <p>Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p>

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
		PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior Cursos técnicos superiores profissionais Programas de Doutoramento e pós-doutoramento PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica	Bolseiros de doutoramento apoiados Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO17 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: TECNOLOGIAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA ECONOMIA SOCIAL

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Criação de novas soluções tecnológicas e de novos modelos de negócio</p> <p>Aumento da articulação das atividades económicas</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologia avançada</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Incremento da capacidade de oferta de serviços regional</p> <p>Aumento da visibilidade da região</p> <p>Atração de “novos” residentes</p> <p>Aumento do emprego</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio</p> <p>Empresas com atividades de I&I no total de empresas</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>Volume de negócios associado à introdução de novos produtos/serviços para o mercado no total do volume de negócios de empresas</p> <p>Peso das exportações de produtos/serviços setoriais no total das exportações</p>	<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização.</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas Tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoio a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>Apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME</p> <p>PI 3.1 - Ações de capacitação para o empreendedorismo</p> <p>Apoio direto ao investimento para a criação de empresas</p> <p>Apoio a projetos de empreendedorismo que combinem financiamento com capacitação de gestão (engenharia financeira)</p> <p>Projetos simplificados de empreendedorismo</p> <p>Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.2 - Incentivos à Internacionalização</p> <p>Projetos simplificados de internacionalização</p> <p>PI 3.3 - Incentivos diretos à qualificação de micro e pequenas empresas,</p> <p>Projetos Simplificados de Inovação</p> <p>Incentivos diretos à inovação produtiva nas PME</p> <p>Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.5 - Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</p> <p>Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I.</p> <p>Ações de formação e de capacitação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas</p> <p>Ações de formação para os ativos de empresas</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de empresas apoiadas para internacionalização</p> <p>N.º de empresas apoiadas para par desenvolvimento de atividades de I&I</p> <p>Investimento das empresas em internacionalização</p> <p>Investimento das empresas em I&I</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas</p> <p>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</p> <p>PME apoiadas em programas</p>

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
	regionais Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde Aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis Aumento do VAB setorial no VAB regional Aumento da população residente	PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial Iniciativas de empreendedorismo cooperativo PI 8.9 - Estratégias de marketing e de animação territorial Criação de redes locais de promoção do conhecimento Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos PI 9.4 - Rede de Cuidadores de Proximidade Idade + Suporte ao doente em casa /na comunidade através do uso de tecnologias Cuidados especializados Sensibilização/(in)formação de suporte às reformas nos serviços sociais e de saúde PI 9.6 - Apoios para criação de emprego Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais PI 9.7 - Qualificação e consolidação da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados hospitalares Qualificação e consolidação da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde no âmbito dos cuidados primários Sistemas de informação integrados que visem melhorar a qualidade dos serviços de saúde Viaturas devidamente equipadas para garantir serviços de proximidade Aquisição de equipamentos e novas tecnologias Equipamentos para prestação de serviços de telemedicina Qualificação da rede de equipamentos sociais existentes PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão Apoio ao empreendedorismo cooperativo PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior Cursos técnicos superiores profissionais Programas de Doutoramento e pós-doutoramento PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica	de formação-ação Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis População abrangida por serviços de saúde melhorados Equipamentos sociais e de saúde apoiados Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos N.º de produtos endógenos apoiados N.º de redes locais de promoção de conhecimento apoiadas Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 Bolseiros de doutoramento apoiados Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

O apuramento da informação de suporte deverá ter duas lógicas:

- Trimestral/Semestral, tendo por base a dinâmica dos projetos apresentados e os indicadores daí resultantes,
- Anual, com o apuramento global dos indicadores considerados.

Transversalmente, importa ter presente a necessidade de aferir regularmente a dinâmica que cada domínio de especialização apresenta, bem como, a representatividade das intervenções integradas na EREI do Alentejo na globalidade das intervenções apoiadas por fundos comunitários na região Alentejo.

A análise deverá ser parte integrante de um Relatório de Monitorização, a publicar com periodicidade semestral e anual, ancorando-se na informação disponibilizada no Sistema de Informação dos FEEI, podendo ainda ser desenvolvidos trabalhos complementares de produção de nova informação relevante, nomeadamente inquéritos aos beneficiários, estudos de caso, entre outros.

3.4.3. Conhecimento, Inovação e Investigação - EREI

A dimensão analítica Conhecimento, Inovação e Investigação, visa analisar e monitorizar o papel e o desempenho regional do Sistema Científico e Tecnológico Regional na implementação e concretização da EREI.

O Sistema Científico e Tecnológico Regional assume-se como um dos pilares fundamentais de suporte à implementação da EREI do Alentejo, a qual visa melhorar a competitividade e a internacionalização da economia regional. Neste sentido, assume particular relevância aferir e monitorizar o papel que o mesmo desempenha na operacionalização da EREI da Região Alentejo.

Não obstante o Sistema Científico e Tecnológico Regional deter um papel global e transversal na operacionalização da EREI do Alentejo, considera-se que para efeitos de construção do sistema de monitorização de suporte à EREI o esforço analítico dever-se-á centrar nas mudanças esperadas e nos instrumentos de política que as concretizam que sejam diretamente operacionalizados pelas entidades integrantes do Sistema Científico e Tecnológico Regional, ou onde detenham um papel fundamental na concretização dos mesmos. Neste sentido, deverão ser contempladas as intervenções integradas nas prioridades de investimento 1.1, 1.2, 3.1, 3.3, 10.2 e 10.4.

Nesta perspetiva, apresenta-se de seguida o quadro de referência, em termos das mudanças esperadas, dos indicadores de resultado, dos instrumentos de política e dos indicadores de realização a serem considerados na aferição do contributo do Sistema Científico e Tecnológico Regional na operacionalização da EREI.

QUADRO 18 – CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO - EREI

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Fortalecimento das competências científicas e de investigação de suporte</p> <p>Aumento do n.º de parcerias entre empresas e instituições de investigação (transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial)</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologia avançada</p>	<p>Despesa em I&D no PIB regional</p> <p>Despesa em I&D no VAB</p> <p>N.º de investigadores de instituições a colaborar com empresas privadas</p> <p>N.º de <i>spin-off</i> advindos de projetos de I&I setorial apoiados</p> <p>Peso do investimento em I&I e tecnologia no total do investimento</p> <p>Empresas com cooperação I&I com outras instituições no total de empresas</p> <p>N.º de projetos concretizados de clusterização das atividades económicas associadas</p>	<p>PI 1.1 - Apoio a projetos de I&D</p> <p>Apoio à participação em programas financiados pela UE de I&D</p> <p>PI 1.2 - Apoio ao investimento para criação ou expansão, de infraestruturas de I&I</p> <p>Apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores que envolvam entidades de transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial</p> <p>Apoio a projetos mobilizadores e demonstradores em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/fileiras alvo de clusterização.</p> <p>Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membros no domínio da clusterização e plataformas Tecnológicas</p> <p>Apoio à disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D</p> <p>Ações de disseminação em ambiente experimental de projetos europeus de I&D com sucesso</p> <p>Apoio à valorização económica dos resultados da investigação</p> <p>Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de redes e <i>Clusters</i></p> <p>Apoios a ações, de âmbito regional, de difusão de inovação no tecido económico</p> <p>Apoio a “projetos semente”</p> <p>Incentivos diretos à I&DT</p> <p>Projetos simplificados de I&DT</p> <p>PI 3.1 - Apoio a ações coletivas</p> <p>PI 3.3 - Apoio a redes e ações de âmbito coletivo</p> <p>PI 10.2 - Bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, no âmbito do Programa + Superior</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Programas de Doutoramento e pós-doutoramento</p> <p>PI10.4 - Cursos de Especialização Tecnológica</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação</p> <p>Projetos de transferência e utilização de conhecimento</p> <p>N.º de projetos apoiados de clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5</p> <p>Bolseiros de doutoramento apoiados</p> <p>Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)</p>
<p>Alimentação e Floresta</p> <p>Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais</p> <p>Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços De Turismo</p> <p>Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente</p> <p>Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social</p>			

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

O apuramento da informação de suporte deverá ter duas lógicas:

- Trimestral/Semestral, tendo por base a dinâmica dos projetos apresentados e os indicadores daí resultantes,
- Anual, com o apuramento global dos indicadores considerados.

Transversalmente, importa ter presente a necessidade de aferir regularmente a dinâmica global e a representatividade destas intervenções na globalidade do universo de operações integradas EREI do Alentejo.

A análise a realizar, no que respeita a esta dimensão analítica, deverá ser parte integrante de um Relatório de Monitorização com periodicidade semestral e anual, ancorando-se na informação disponibilizada no Sistema de Informação dos FEEI, podendo ser desenvolvidos trabalhos complementares de produção de nova informação relevante, nomeadamente inquéritos aos beneficiários, estudos de caso, *focus group* entre outros.

3.4.4. Empresas - EREI

No que concerne a esta dimensão analítica, pretende-se analisar e monitorizar o desempenho dos setores económicos que direta e indiretamente são objeto de atuação da EREI Alentejo.

A análise a desenvolver deve ser vista de forma complementar à abordagem preconizada nos domínios de especialização, incidindo exclusivamente sobre o comportamento das empresas inseridas nas atividades económicas que se encontram enquadradas na EREI do Alentejo. Para tal, foi desenvolvido um trabalho de associação, a cada um dos cinco domínios de especialização identificados, das atividades económicas (de acordo com a Divisão e, sempre que necessário, respetivos subníveis da CAE Rev. 3) consideradas pertinentes. Esta classificação foi feita com base na interpretação dos autores deste Estudo, dada a inexistência de uma sistematização dos sectores/atividades de suporte à operacionalização da EREI Alentejo.

QUADRO 19 – CLASSIFICAÇÃO POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA EREI ALENTEJO

Domínio de Especialização	Atividades Económicas (CAE Rev.3)
Alimentação e Floresta	01 - Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; 02 - Silvicultura e exploração florestal; 03 - Pesca e aquicultura; 10 - Indústrias alimentares; 11 - Indústria das bebidas; 16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria; 17 - Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos; 28300 - Fabricação de máquinas e de tratores para a agricultura, pecuária e silvicultura; 28930 - Fabricação de máquinas para as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco; 28950 - Fabricação de máquinas para as indústrias do papel e do cartão; 31 - Fabricação de mobiliário e de colchões; 32995 - Fabricação de caixões mortuários em madeira; 46 - Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos.
Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais	032 - Aquicultura; 05 - Extração de hulha e lenhite; 07 - Extração e preparação de minérios metálicos; 08 - Outras indústrias extrativas; 09 - Atividades dos serviços relacionados com as indústrias extrativas; 11071 - Engarrafamento de águas minerais naturais e de nascente; 2015 - Fabricação de adubos e de compostos azotados; 23 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; 24 - Indústrias metalúrgicas de base; 28910 - Fabricação de máquinas para a metalurgia; 28920 - Fabricação de máquinas para as indústrias extrativas e para a construção; 36 - Captação, tratamento e distribuição de água; 37 - Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais; 38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais; 46620 - Comércio por grosso de máquinas-ferramentas; 91041 - Atividades dos jardins zoológicos, botânicos e aquários; 91042 - Atividade dos parques e reservas naturais.

QUADRO 19 – CLASSIFICAÇÃO POR DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO DA EREI ALENTEJO (CONT.)

Domínio de Especialização	Atividades Económicas (CAE Rev.3)
Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	18200 - Reprodução de suportes gravados; 26702 - Fabricação de material fotográfico e cinematográfico; 32200 - Fabricação de instrumentos musicais; 55 – Alojamento; 56 - Restauração e similares; 58 - Atividades de edição; 59 - Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música; 60 - Atividades de rádio e de televisão; 639 - Outras atividades dos serviços de informação; 71110 - Atividades de arquitetura; 731 – Publicidade; 741 - Atividades de design; 742 - Atividades fotográficas; 743 - Atividades de tradução e interpretação; 79 - Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas; 91011 - Atividades das bibliotecas; 91012 - Atividades dos arquivos; 91020 - Atividades dos museus; 91030 - Atividades dos sítios e monumentos históricos, 91020 - Atividades dos museus; 91030 - Atividades dos sítios e monumentos históricos; 93210 - Atividades dos parques de diversão e temáticos; 93291 - Atividades tauromáquicas; 93292 - Atividades dos portos de recreio (marinas); 93293 - Organização de atividades de animação turística; 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.; 94991 - Associações culturais e recreativas.
Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente	06 - Extração de petróleo bruto e gás natural; 09100 - Atividades dos serviços relacionados com a extração de petróleo e gás, exceto a prospeção; 19 - Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; 20110 - Fabricação de gases industriais, 20120 - Fabricação de corantes e pigmentos; 20130 - Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base; 20141 - Fabricação de resinosos e seus derivados; 20142 - Fabricação de carvão (vegetal e animal) e produtos associados; 20143 - Fabricação de álcool etílico de fermentação; 20144 - Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base, n.e.; 20160 - Fabricação de matérias plásticas sob formas primárias; 20170 - Fabricação de borracha sintética sob formas primárias; 20591 - Fabricação de biodiesel; 22111 - Fabricação de pneus e câmaras-de-ar; 22112 - Reconstrução de pneus; 22192 - Fabricação de outros produtos de borracha, n.e.; 261 - Fabricação de componentes e de placas, eletrónicos; 262 - Fabricação de computadores e de equipamento periférico; 268 - Fabricação de suportes de informação magnéticos e óticos; 29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis; 30 - Fabricação de outro equipamento de transporte; 33150 - Reparação e manutenção de embarcações; 33160 - Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais, 33170 - Reparação e manutenção de outro equipamento de transporte; 35 - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; 465 - Comércio por grosso de equipamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC); 49 - Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos; 50 - Transportes por água; 51 - Transportes aéreos; 52 - Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento); 62 - Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; 631 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas; portais Web.
Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	72 - Atividades de investigação científica e de desenvolvimento; 78 - Atividades de emprego; 84 - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; 85 – Educação; 86 - Atividades de saúde humana; 87 - Atividades de apoio social com alojamento; 88 - Atividades de apoio social sem alojamento; 931 - Atividades desportivas; 94 - Atividades das organizações associativas; 96040 - Atividades de bem-estar físico.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da Classificação das Atividades Económicas (CAE Rev. 3) e de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”

Tendo por base a classificação proposta no Quadro 19, apresenta-se de seguida a bateria de indicadores que deverá ser consagrada na monitorização do desempenho dos setores económicos e que são especialmente objeto de atuação da EREI Alentejo. Esta informação dever-se-á ancorar na informação existente no sistema estatístico nacional, devendo ser complementada, sempre que necessário, com informação específica inerente à operacionalização dos domínios de especialização de suporte no âmbito da EREI do Alentejo.

Indicadores de Suporte – Empresas - EREI

Empresas (N.º)

Pessoal ao serviço (Nº)

Volume de negócios (milhares de euros)

VAB (milhares de euros)

Peso do mercado Externo no Volume de negócios

Pessoal ao serviço por estabelecimento
Produtividade do Trabalho
Taxa de natalidade
Taxa de sobrevivência (a 2 anos)
Peso dos gastos com o pessoal no VAB
Peso do EBE no VAB
Taxa de valor acrescentado bruto

A análise a desenvolver relativamente a esta dimensão analítica deverá ser feita também anualmente e ser parte integrante de um Relatório de Monitorização com periodicidade anual.

3.4.5. Investimentos Territoriais Integrados (ITI) - EREI

Esta dimensão analítica pretende analisar e monitorizar o contributo dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) na implementação e concretização da EREI na região Alentejo.

Os ITI são instrumentos de política definidos regularmente pela Comissão Europeia, assentes na celebração de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial coerentes com as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) dinamizadas pelas Comunidades Intermunicipais (CIM). Relativamente aos ITI, considera-se que, para efeitos de construção do Sistema de Monitorização de suporte à EREI do Alentejo, o esforço analítico dever-se-á centrar nas mudanças esperadas e nos instrumentos de política que as concretizam que sejam diretamente operacionalizados no âmbito dos ITI. Neste sentido, deverão ser contempladas as intervenções integradas nas prioridades de investimento 4.3, 6.3, 5.1, 8.3, 8.8, 9.4 e 9.7.

De seguida, apresenta-se a sistematização proposta em termos de quadro de referência por Domínio de Especialização, em termos das mudanças esperadas, dos indicadores de resultado, dos instrumentos de política e dos indicadores de realização a serem considerados na aferição do contributo dos ITI na operacionalização da EREI.

QUADRO 20 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: ALIMENTAÇÃO E FLORESTA

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Aumento da articulação das atividades agrícolas com a agro-indústria e o turismo</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologia avançada (sensores, TIC e controlo de gestão da produção)</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento da visibilidade internacional dos produtos regionais</p> <p>Aumento da qualidade e do valor acrescentado dos produtos agroalimentares regionais</p>	<p>N.º de projetos de integração ou de reforço de atividades industriais e/ou de turismo em empresas agrícolas</p> <p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 21 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: ECONOMIA DOS RECURSOS MINERAIS, NATURAIS E AMBIENTAIS

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Densificar o tecido empresarial, com a atração e criação de novas iniciativas empresariais</p> <p>Promover a clusterização das atividades económicas associadas</p> <p>Aumento do n.º de empresas com atividades de I&I</p> <p>Aumento do investimento em atividades de I&I e em tecnologias ecológicas (verdes)</p> <p>Promover a sustentabilidade dos recursos e o combate à desertificação</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento do valor acrescentado dos bens produzidos</p> <p>Aumento do valor intrínseco das exportações</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Nível de implementação das medidas de promoção da sustentabilidade dos recursos e combate à desertificação</p> <p>Melhoria do conhecimento sobre os recursos regionais</p> <p>Volume e valor das exportações de produtos regionais</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 5.1 - Planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas</p> <p>PI 6.3 - Valorização do Património natural</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>N.º de projetos de promoção da sustentabilidade dos recursos e combate à desertificação</p> <p>N.º de projetos de melhoria do conhecimento dos recursos regionais</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 22 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: PATRIMÓNIO, INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS E SERVIÇOS DE TURISMO

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Aumento da articulação das atividades económicas</p> <p>Aumento do n.º de iniciativas empresariais de turismo de natureza, gastronómico e cultural</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento do n.º de visitantes nacionais e internacionais</p> <p>Aumento da oferta turística regional</p> <p>Aumento da qualidade e do valor acrescentado da oferta regional</p> <p>Aumento do reconhecimento internacional da região em termos da oferta turística de qualidade</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Visitantes nacionais e internacionais</p> <p>Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (nacionais e internacionais)</p>	<p>PI 6.3 - Valorização do Património histórico/cultural</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de Apoio</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 23 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: TECNOLOGIAS CRÍTICAS, ENERGIA E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Densificar o tecido empresarial, com a atração e criação de novas iniciativas empresariais</p> <p>Atração de recursos humanos qualificados</p> <p>Aumento das atividades de I&I relacionadas</p> <p>Redução dos custos energéticos</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Redução do Consumo de energia total</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 4.3 - Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia</p> <p>Apoio à realização dos Planos de Ação de eficiência energética</p> <p>Investimento em projetos de eficiência energética nas infraestruturas públicas</p> <p>Investimentos em equipamento para a melhoria de eficiência energética da iluminação pública</p> <p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p>	<p>Projetos de I&D apoiados</p> <p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO 24 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: TECNOLOGIAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA ECONOMIA SOCIAL

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Criação de novas soluções tecnológicas e de novos modelos de negócio</p> <p>Aumento da articulação das atividades económicas</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Incremento da capacidade de oferta de serviços regional</p> <p>Aumento da visibilidade da região</p> <p>Atração de “novos” residentes</p> <p>Aumento do emprego</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Despesa das empresas em I&D no VAB</p> <p>Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde</p> <p>Aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p> <p>Aumento da população residente</p>	<p>PI 8.3 - Apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo</p> <p>PI 8.8 - Investimentos de pequena dimensão empresarial</p> <p>Iniciativas de empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 9.4 - Idade +</p> <p>PI 9.7 - Qualificação da rede de equipamentos sociais existentes</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p> <p>Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego</p> <p>Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis</p> <p>População abrangida por serviços de saúde melhorados</p> <p>Equipamentos sociais e de saúde apoiados</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

O apuramento da informação de suporte deverá ter duas lógicas:

- Trimestral/Semestral, tendo por base a dinâmica dos projetos apresentados e os indicadores daí resultantes,
- Anual, com o apuramento global dos indicadores considerados.

Transversalmente importa ter presente a necessidade de aferir regularmente a dinâmica global e a representatividade destas intervenções na globalidade do universo de operações integradas EREI do Alentejo.

A análise desenvolvida deverá ser parte integrante de um Relatório de Monitorização com periodicidade semestral e anual, suportada na informação disponibilizada no Sistema de Informação dos FEEI, podendo ser desenvolvidos trabalhos complementares de produção de nova informação relevante, nomeadamente inquéritos aos beneficiários, estudos de caso, *focus group* entre outros.

3.4.6. Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) - EREI

Com esta dimensão, pretende-se analisar e monitorizar o contributo do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) na implementação e concretização da EREI na região Alentejo.

Os DLBC são instrumentos definidos regularmente, que correspondem à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destinam a responder aos objetivos e necessidades de um território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Gabinetes de Ação Local (GAL).

No que concerne ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária, considera-se que, para efeitos da construção do Sistema de Monitorização de suporte à EREI do Alentejo, o esforço analítico deverá centrar nas mudanças esperadas e nos instrumentos de política que as concretizam que sejam diretamente operacionalizados no âmbito dos DLBC. Neste sentido, deverão ser contempladas as intervenções integradas nas prioridades de investimento 9.6 e 9.10.

De seguida, apresenta-se o quadro de referência por Domínio de Especialização, em termos das mudanças esperadas, dos indicadores de resultado, dos instrumentos de política e dos indicadores de realização a serem considerados na aferição do contributo dos DLBC na operacionalização da EREI.

QUADRO25 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: ALIMENTAÇÃO E FLORESTA

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Aumento da articulação das atividades agrícolas com a agro-indústria e o turismo</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento da visibilidade internacional dos produtos regionais</p> <p>Aumento da qualidade e do valor acrescentado dos produtos agroalimentares regionais</p>	<p>N.º de projetos de integração ou de reforço de atividades industriais e/ou de turismo em empresas agrícolas</p> <p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO26 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: ECONOMIA DOS RECURSOS MINERAIS, NATURAIS E AMBIENTAIS

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Densificar o tecido empresarial, com a atração e criação de novas iniciativas empresariais</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento do valor acrescentado dos bens produzidos</p> <p>Aumento do valor intrínseco das exportações</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Volume e valor das exportações de produtos regionais</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO27 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: PATRIMÓNIO, INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS E SERVIÇOS DE TURISMO

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Aumento da articulação das atividades económicas</p> <p>Aumento do n.º de iniciativas empresariais de turismo de natureza, gastronómico e cultural</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento do n.º de visitantes nacionais e internacionais</p> <p>Aumento da oferta turística regional</p> <p>Aumento da qualidade e do valor acrescentado da oferta regional</p> <p>Aumento do reconhecimento internacional da região em termos da oferta turística de qualidade</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>N.º de produtos/serviços certificados</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO28 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: TECNOLOGIAS CRÍTICAS, ENERGIA E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Densificar o tecido empresarial, com a atração e criação de novas iniciativas empresariais</p> <p>Atração de recursos humanos qualificados</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Peso das exportações de produtos setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p>	<p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

QUADRO29 – DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO: TECNOLOGIAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA ECONOMIA SOCIAL

Mudanças Esperadas	Indicadores de Resultado (Propostos)	Instrumentos de Política	Indicadores de Realização (Propostos)
<p>Aumento da articulação das atividades económicas</p> <p>Valorização dos recursos endógenos regionais</p> <p>Aumento da visibilidade da região</p> <p>Atração de “novos” residentes</p> <p>Aumento do emprego</p>	<p>Taxa de natalidade de empresas nos últimos 3 anos</p> <p>Peso das exportações de produtos/serviços setoriais no total das exportações regionais</p> <p>Aumento do VAB setorial no VAB regional</p> <p>Aumento da população residente</p>	<p>PI 9.6 - Apoios para criação de emprego</p> <p>Ações de sensibilização e formação dos promotores empresariais</p> <p>PI 9.10 - Investimento empresarial de pequena dimensão</p> <p>Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p>	<p>N.º de empresas que recebem subvenções</p> <p>Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)</p> <p>Aumento do emprego em empresas apoiadas</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”, Governo de Portugal (2014) “Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020” e Programas Operacionais no âmbito do Portugal 2020.

O apuramento da informação de suporte deverá ter duas lógicas:

- Trimestral/Semestral, tendo por base a dinâmica dos projetos apresentados e os indicadores daí resultantes,
- Anual, com o apuramento global dos indicadores considerados.

Transversalmente importa aqui ter presente a necessidade de aferir regularmente a dinâmica global e a representatividade destas intervenções na globalidade do universo de operações integradas EREI do Alentejo.

A análise a desenvolver deverá ser parte integrante de um Relatório de Monitorização com periodicidade semestral e anual, ancorando-se na informação disponibilizada no Sistema de Informação dos FEEI, podendo ser desenvolvidos trabalhos complementares de produção de nova informação relevante, nomeadamente inquéritos aos beneficiários, estudos de caso, *focus group* entre outros.

3.4.7. Dinâmicas Territoriais - EREI

Com esta dimensão pretende-se analisar e monitorizar as dinâmicas territoriais decorrentes da operacionalização da EREI na região Alentejo. Para tal dever-se-á considerar a proposta apresentada anteriormente de indicadores de contexto de suporte à monitorização da EREI do Alentejo, por grandes domínios de intervenção, a qual se reproduz de seguida.

Enquadramento Regional

População Residente
Densidade Populacional
PIB *per capita*
População Empregada
Produtividade (VAB/Emprego)
Taxa de Atividade
Taxa de Desemprego
Taxa de Voluntariado (formal)
Empresas por Município da sede
Empresas das indústrias transformadoras
Densidade de Empresas
Exportações
Importações
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações
Despesa em I&D
Pessoal em I&D

Zonas de Proteção Especial (Rede Natura 2000)

Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros

Estabelecimentos Hoteleiros

Investimento no conhecimento

Novos doutorados (ISCED 6) por cada mil habitantes de idade entre 25-34 anos

Gastos privados em I&D em % do PIB

Gastos públicos em I&D em % do PIB

Capital de Risco em % do PIB

Excelência e Cooperação da C&T

Publicações científicas entre as 10% das publicações científicas mundialmente mais citadas em % do total de publicações científicas nacionais/regionais

Co-publicações científicas internacionais por milhão de habitantes

Co-publicações científicas Público-privadas por milhão de habitantes

Inovação com contributo para a competitividade internacional

Patentes registadas (PCT) por mil milhões (€) do PIB a preços correntes (PPC €)

Receitas externas de Licenças e Patentes em % do PIB

Contribuição das inovações de produto novas para o mercado e novas para as empresas em % do total de volume de negócios

Exportações de serviços intensivos em conhecimento em % das exportações totais de serviços

Contribuição dos produtos de alta e média tecnologia para a Balança Comercial em % do total de exportações e importações de produtos

Crescimento do fator de produtividade total (total da economia)

Fatores de mudança estrutural e abordagem de mudanças societais

Empregos em atividades intensivas em conhecimento (indústria e serviços) em % do total de empregados com idade entre 15-64 anos

PME que introduziram inovações de produto ou processo em % do total de PME

Patentes EPO relacionadas com tecnologias ambientais registadas por mil milhões (€) do PIB a preços correntes (PPC€)

Patentes EPO relacionadas com tecnologias da saúde registadas por mil milhões (€) do PIB a preços correntes (PPC€)

Agenda EU2020

Taxa de emprego da população entre 20-64 anos (%)

Intensidade de I&D (Peso da despesa em I&D em % do PIB)

Emissão de gases com efeito estufa - 1990 = 100

Parcela de energia renovável no consumo bruto final de energia (%)

Parcela da população entre 30-34 anos que completaram o ensino obrigatório (%)

Parcela da população em risco de pobreza ou exclusão social (%)

Esta análise deverá ser realizada anualmente e ser parte integrante de um Relatório de Monitorização com periodicidade anual, com base na informação existente no sistema estatístico nacional, a qual deve ser complementada, sempre que necessário, com a informação específica inerente à operacionalização dos domínios de especialização de suporte no âmbito da EREI do Alentejo.

3.4.8. Agenda de Transformação em Curso - EREI

Com esta dimensão analítica, pretende-se analisar e compreender a agenda de transformação decorrente da operacionalização da EREI na região Alentejo.

Esta questão, assume-se como um dos principais desafios na construção da presente proposta de Sistema de Monitorização, dado tratar-se de um exercício complexo de integração da informação, que deverá ser capaz de sintetizar os principais fatos decorrentes da operacionalização da EREI para cada um das dimensões analíticas consideradas, bem como ser um instrumento ajustável de representação da informação, respeitando as especificidades de comunicação dos resultados inerentes aos diferentes momentos de operacionalização da EREI do Alentejo. Neste sentido, a apresentação dos resultados que consubstanciam os *outputs* do Sistema de Monitorização deve ser ajustada à pertinência da informação existente em cada momento concreto e ao estágio de operacionalização que marca o processo de implementação da EREI. Deste modo, a formatação e o conjunto de conteúdos a serem abordados deverão apenas ser definidos *a posteriori*.

Independentemente disso, deverá ser planeada a formulação de um quadro síntese de informação, do tipo *Tableau de Bord*, a elaborar com base na informação global disponível relativamente à da EREI. Nomeadamente sobre o modo como as diversas políticas públicas em execução no território da região Alentejo estão a contribuir para a sua concretização. Um quadro síntese de informação que deverá permitir monitorizar o modo como, ao longo do tempo, vai decorrendo a implementação da EREI, em termos de:

- Enquadramento das políticas públicas que lhe estão subjacente;
- Representatividade das intervenções integradas na EREI do Alentejo e de cada domínio de especialização na globalidade das intervenções apoiadas por fundos comunitários na região Alentejo;
- Contributo do Sistema Científico e Tecnológico Regional;
- Dinâmica empresarial das atividades económicas inseridas na EREI;
- Papel que as ITI e as DLBC têm desempenhado na implementação da EREI.

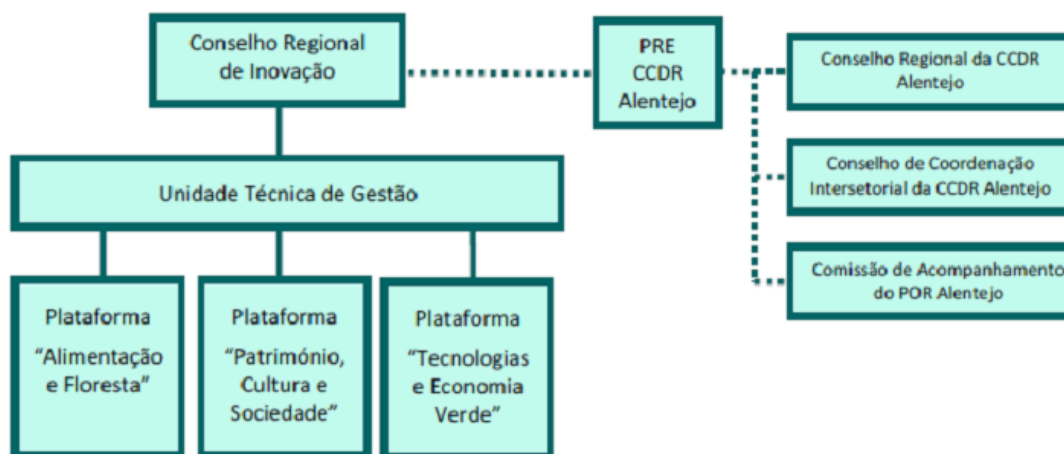
A análise de suporte a esta dimensão deverá ser efetuada anualmente e ser parte integrante de um Relatório de Monitorização com periodicidade anual a produzir no âmbito do Sistema de Monitorização da EREI do Alentejo.

3.5. MODELO DE GOVERNAÇÃO

O modelo de governação da EREI constitui um aspecto decisivo para o sucesso da sua implementação e monitorização. Desde logo, porque caberá ao modelo de governação da EREI assegurar as condições adequadas para garantir uma efetiva articulação multinível com a Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) bem como desenvolver o modelo de governação regional previsto, e integrar os Programas Operacionais do Portugal 2020 no seu financiamento.

Numa perspetiva mais operacional, o modelo de governação irá procurar responder às necessidades do sistema de inovação regional, tendo como referência primeira a opção de implementar um modelo de grande envolvimento e participação dos *stakeholders* na definição e implementação das políticas de desenvolvimento regional. “Esta orientação de princípio é acompanhada de objetivos ao nível da coordenação e promoção da interação entre os atores regionais, contribuindo para minimizar as falhas sistémicas diagnosticadas neste âmbito e para a concretização participada da estratégia de especialização inteligente e dos resultados que lhe estão associados” (CCDR, 2014, p.105).

FIGURA 1 – O MODELO DE GOVERNAÇÃO DA ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE



Fonte: CCDRA (2014) “Uma Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) para o Alentejo”.

“Ao Conselho Regional de Inovação cabe promover a política regional de inovação e a implementação da EREI, devendo para o efeito: i) efetuar recomendações às Plataformas de Inovação; ii) apreciar as propostas das Plataformas de Inovação; iii) efetuar propostas às Autoridades de Gestão dos PO financiadores, iv) analisar e emitir parecer sobre os relatórios de monitorização e avaliação elaborados pela Unidade Técnica de Gestão e por avaliadores externos.

Este Conselho integrará a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que preside e assegura as necessárias articulações funcionais com o Conselho Regional da CCDR, com o Conselho de Coordenação Intersectorial e com a Comissão de Acompanhamento do PO Regional, bem como entidades representativas do Sistema Científico e Tecnológico Regional, produtores de tecnologia e utilizadores avançados, entidades de planeamento e gestão de políticas sectoriais e de I&I relevantes, empresas e outros agentes económicos e sociais, entidades intermunicipais“ (CCDRA, 2014, p. 106).

As Plataformas de Inovação definidas no modelo de governação da EREI Alentejo, são três, de natureza temática, nomeadamente:

- Alimentação e Florestas;
- Património, Cultura e Sociedade
- Tecnologias e Economia Verde

Estas Plataformas de Inovação, serão “unidades de inteligência estratégica e operacional cujos contributos deverão ser apresentados ao Conselho Regional de Inovação após emissão de parecer da Unidade Técnica de Gestão, e, quando aceites por este, propostos às Autoridade de Gestão dos PO financiadores.” (CCDRA, 2014, p. 106).

“Neste âmbito, privilegiando a simplicidade do modelo de governação e atendendo quer à complementaridade entre domínios, estas plataformas assumem claramente uma dimensão operacional, visando constituir-se como grupos de forte dinamização, federação de atores regionais e de concertação de iniciativas, de forma a contribuírem para a identificação de projetos estruturantes e para a definição de investimentos, bem como para a elaboração oportuna de propostas de avisos de concurso, no quadro da EREI e dos resultados expectáveis que lhe estão associados no âmbito da inovação e da internacionalização“ (CCDRA, 2014, p. 106).

O modelo de governação definido para a EREI estabelece que, com o apoio técnico da Unidade Técnica de Gestão, as Plataformas de Inovação “deverão ser lideradas por uma entidade com notoriedade reconhecida no âmbito da respetiva temática, selecionada pelo Presidente da CCDR Alentejo e pela Autoridade de Gestão do PO Regional e que assumirá o papel de dinamizador dos parceiros em função dos resultados e das metas concertadas com o Conselho Regional de Inovação da EREI” (CCDRA, 2014, p.106).

“A Unidade Técnica de Gestão, da responsabilidade da CCDR Alentejo, tem um carácter transversal, concentra as competências de acompanhamento e monitorização da implementação da EREI e de órgão técnico de apoio ao Conselho Regional de Inovação (CRI), podendo para o efeito contar com a participação de peritos, sempre que tal se revele oportuno“ (CCDRA, 2014, p.106).

Um aspeto importante também a ter em consideração na implementação da EREI, nomeadamente no estabelecimento do sistema de monitorização prende-se com a definição do seu enquadramento institucional, aos mais diferentes níveis.

Neste sentido, e uma vez que a EREI é um processo novo para muitos agentes, importa desde já enquadrar e definir claramente os mecanismos efetivos de governação e de articulação institucional de suporte à implementação da EREI, com a flexibilidade necessária que permita o enquadramento dinâmico e permanente da atividade de todos os atores direta e indiretamente mais relevantes e intervenientes no modelo de governação.

As atividades de monitorização, para além do contributo potencial que representam no que respeita à capacidade de fortalecer a qualidade da política regional e da sua implementação, constituem também um importante instrumento para incrementar o *empowerment* das autoridades regionais e nacionais. Aspeto que no caso da implementação da EREI se afigura ainda mais relevante na medida em o processo de governação multinível que lhe está subjacente não é fácil, exigindo um diálogo constante entre as autoridades regionais, nacionais e os diversos *stakeholders*.

A existência de eventos públicos regulares pode ser um caminho para estruturar o processo de acompanhamento dos mecanismos de monitorização, mantendo o envolvimento dos *stakeholders* e incrementar as capacidades existentes de monitorização. Estes eventos devem fomentar o envolvimento e a participação de todos os agentes numa lógica de comunidade de monitorização, bem como providenciar momentos para discutir os resultados alcançados com uma audiência mais vasta.

Por outro lado, é fundamental a existência de uma efetiva dotação financeira de suporte às atividades de monitorização da EREI, quer através da alocação de recursos da assistência técnica dos FEEL quer de outras fontes de financiamento.

Por fim, o Sistema de Monitorização da EREI do Alentejo deverá incluir mecanismos de análise que possibilitem realizar a própria monitorização e avaliação do Modelo de Governação da EREI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AG POCI (2014). Programa Operacional Competitividade e Internacionalização 2014-2020.
- AG POCH (2014). Programa Operacional Capital Humano 2014-2020.
- AG POISE (2014). Programa Operacional Inclusão Social e Emprego 2014-2020.
- AG POSEUR (2014). Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos 2014-2020.
- CCDR Alentejo (2014). Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020.
- CCDR Alentejo (2014). Uma Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo.
- European Commission (2013). Innovation performance in EU Member States and Associated countries Innovation Union progress at country level.
- Gianelle, Carlo et al (2015). Monitoring Mechanisms for Smart Specialization Strategies. JRC Technical Reports S3 Policy Brief Series N. º 13/2015.
- Governo de Portugal (2014). Portugal 2020. Acordo de Parceria 2014-2020.
- Guinea, Joaquin (2014). Guidelines to design and make operational monitoring systems to assess the progress of the innovation strategies for smart specializations (RIS3). CITEK Project Policy Brief.



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional